

**Relatório de Estágio no Serviço das Comunidades Arménias
da Fundação Calouste Gulbenkian:**

Estudo comparativo entre a diáspora arménia e as comunidades
portuguesas: o caso destas comunidades na França contemporânea

Beatriz Maria Fernandes Vaz

**Relatório de Estágio em Ciência Política e Relações
Internacionais**

Agosto de 2021

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política em Relações Internacionais, na área de especialização de Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Madalena Resende.

*Aos meus pais
e à memória dos meus avós*

Agradecimentos

Começo por agradecer aos meus pais por todo o apoio que me têm dado ao longo do meu percurso académico e pela confiança que depositam em mim e nas minhas decisões. Jamais teria chegado até aqui sem o vosso amor, carinho, compreensão e aceitação.

Estou imensamente grata ao meu supervisor do estágio e coorientador, o Dr Razmik Panossian, pela oportunidade que me deu ao aceitar-me como estagiária no Serviço das Comunidades Arménias, pela orientação soberba e pela partilha de conhecimentos. Deu-me conselhos excelentes, que apliquei na realização deste trabalho, estando sempre disponível para discutir estes temas e esclarecer quaisquer dúvidas ou curiosidades que me fossem surgindo.

Gostaria também de agradecer aos colegas do Serviço das Comunidades Arménias. Esta foi a minha primeira experiência num ambiente profissional e não poderia ter pedido melhores colegas. Estou muito grata a todos vós por me terem recebido tão bem no vosso Serviço. Obrigada por todo o apoio, por todas as conversas que tivemos, pelo interesse que sempre demonstraram neste trabalho e pelo bom ambiente (presencial e virtual).

Agradeço também à minha orientadora na FCSH, a Professora Madalena Resende, que foi a orientadora ideal para mim, tendo-me dado a liberdade de (aprender a) organizar este trabalho da forma que julguei melhor. A orientação, o *feedback* e o incentivo que me deu foram preciosos.

Gostaria de agradecer também a todos os meus amigos, que sempre me deram ânimo. Todas as oportunidades que me deram de falar sobre este trabalho e as impressões que me deram foram muito importantes para mim.

A todos,

Muito obrigada.

Thank you very much.

Շնորհակալութիւն:

Beatriz Maria Fernandes Vaz (2021)

Estudo comparativo entre a diáspora arménia e as comunidades portuguesas: o caso destas comunidades na França contemporânea

Resumo

O presente relatório tem por base o estágio curricular realizado no Serviço das Comunidades Arménias da Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do qual a principal atividade realizada foi o trabalho de investigação aqui contido. O objetivo desta investigação é o de determinar se as comunidades portuguesas podem, ou não, ser consideradas uma diáspora. Assim, são abordadas questões como o conceito de diáspora, as suas definições e seus usos, descritas as realidades arménia, portuguesa e as suas comunidades emigradas, e analisado o caso concreto destas comunidades em França, com especial enfoque na região de Île-de-France, no período contemporâneo.

Palavras-chave: Estágio Curricular, Fundação Calouste Gulbenkian, Diáspora, Diáspora arménia, Comunidades portuguesas, França.

Comparative study between the Armenian diaspora and the Portuguese communities: the case of these communities in contemporary France

Abstract

This report is based on a curricular internship at the Armenian Communities Department of the Calouste Gulbenkian Foundation, within which the main activity carried out was the research paper contained herein. The purpose of this investigation is to determine whether the Portuguese communities can be considered a diaspora. Thus, the issues covered include the concept of diaspora, its definitions and uses; the Armenian and Portuguese realities, including the respective migrant communities; and the case study concerning these communities in contemporary France, specifically in the Île-de-France region.

Keywords: Curricular Internship, Calouste Gulbenkian Foundation, Diaspora, Armenian diaspora, Portuguese communities, France.

Índice

Introdução.....	1
Parte I – Enquadramento Teórico.....	4
1. Conceptualização de Diáspora.....	4
1.1. O conceito de diáspora	4
1.2. A dispersão	8
1.3. Relações entre as diásporas e as suas <i>homelands</i>	9
1.3.1. <i>Mitologia acerca da homeland</i>	10
1.3.2. <i>Compromisso com a manutenção da homeland</i>	10
1.3.3. <i>Retorno definitivo ou visitas</i>	11
1.4. Relações entre as diásporas e as suas <i>hostlands</i>	11
1.4.1. <i>Sentimento de alienação em relação à hostland</i>	12
1.4.2. <i>Possibilidade de uma vida plena na hostland</i>	13
1.5. A Diáspora.....	13
1.5.1. <i>Longevidade da diáspora</i>	13
1.5.2. <i>Consciência de identidade de grupo</i>	14
1.5.3. <i>Inter-relações entre comunidades de uma diáspora</i>	14
1.5.4. <i>Organizações da diáspora</i>	15
1.6. Operacionalização do conceito	15
Parte II – Caracterização geral das comunidades em estudo	17
2. Arménia e a Diáspora Arménia	17
2.1. Contextualização histórica.....	17
2.2. A diáspora arménia.....	21
2.2.1. <i>As comunidades</i>	22
2.2.2. <i>As hostlands</i>	23
2.2.3. <i>Lobbying e mobilização</i>	24
2.3. Conclusão	26
3. Portugal e as Comunidades Portuguesas.....	28
3.1. Contextualização histórica.....	28
3.2. As comunidades portuguesas	31
3.2.1. <i>As hostlands</i>	32
3.2.2. <i>Relações com Portugal</i>	33
3.2.3. <i>Vivência das comunidades</i>	34
3.2.4. <i>Ideia de diáspora</i>	35
3.3. Lusofonia.....	36
3.4. Conclusão	37
Parte III – Estudo de Caso: Paris, França	39

4. Comparação entre a diáspora arménia e as comunidades portuguesas	39
4.1. A diáspora arménia.....	39
4.2. As comunidades portuguesas	42
Conclusões.....	45
Referências Bibliográficas	50
Anexo I – Características de uma diáspora.....	57
Anexo II – Diáspora arménia.....	60
Anexo III – Comunidades Portuguesas	62
Anexo IV – Outras atividades desenvolvidas durante o Estágio Curricular.....	66

Introdução

Este relatório de estágio tem por base o estágio realizado no Serviço das Comunidades Arménias da Fundação Calouste Gulbenkian. A Fundação Calouste Gulbenkian é uma instituição de renome, quer no panorama português, quer no panorama internacional. Criada em 1956, a Fundação deve o seu nome e existência a Calouste Sarkis Gulbenkian, um homem de negócios, colecionador de arte e filantropo de origem arménia, que tomou como residência Lisboa durante os últimos anos da sua vida. A Fundação é uma instituição filantrópica com fins caritativos, artísticos, educativos e científicos, desenvolvendo as suas atividades em Lisboa (sede), Paris e Londres, e concedendo apoios aos PALOP, a Timor-Leste e às comunidades arménias¹.

O Serviço das Comunidades Arménias (SCA) da Fundação Gulbenkian tem como missão “criar um futuro viável para o povo arménio em que a sua cultura e língua sejam preservadas e valorizadas”². Esta missão concretiza-se na promoção da preservação da língua e cultura arménias e no desenvolvimento da diáspora através do investimento na educação; no apoio ao desenvolvimento da Arménia através do investimento na juventude e na sociedade civil; e no melhoramento das relações entre a Arménia e a Turquia, através do apoio a projetos que promovam um entendimento da sua história e passado comuns.

Durante o estágio, a estagiária teve a oportunidade de aprender mais sobre a Arménia, a sua história e cultura, e sobre a diáspora arménia, estando inserida num Serviço que trabalha de perto com estas comunidades e cuja ação se desenvolve principalmente neste domínio. Para além de um primeiro contacto com um ambiente profissional, a estagiária pôde mobilizar conhecimentos adquiridos ao longo da sua formação e aprender a lidar com as situações com as quais foi confrontada. Para além da realização deste trabalho de pesquisa, também foram desenvolvidas outras tarefas de apoio aos membros do Serviço em diferentes assuntos³. A estagiária teve ainda a oportunidade de participar em reuniões do Serviço para a discussão de diversos assuntos internos e sobre os diferentes programas e iniciativas levados a cabo pelo Serviço.

¹ Cf. Website da Fundação Calouste Gulbenkian.

² Cf. Website do Serviço das Comunidades Arménias.

³ O Anexo IV inclui uma lista mais detalhada sobre as principais atividades desenvolvidas durante o Estágio Curricular.

Dadas a formação académica da estagiária, a área científica do mestrado no âmbito do qual este estágio foi realizado e a sua área de especialização em Relações Internacionais, foi acordado que a principal tarefa a desenvolver seria a elaboração de um trabalho de pesquisa. Após discussão com o supervisor no local do estágio, foi também concordado um tema, o da comparação entre as comunidades portuguesas e a diáspora arménia, por ser um tema interessante e relevante para o SCA e por se enquadrar com os estudos e a formação da estagiária.

Assim, surgem os contornos deste trabalho de pesquisa, cujo objetivo é aferir se as comunidades portuguesas se enquadram no conceito de diáspora. Tirando partido do ambiente imersivo em que a estagiária teve oportunidade de se encontrar durante o estágio, decidiu-se que o carácter deste trabalho não seria totalmente teórico e conceptual, mas tomando também um carácter mais prático através da adoção de um caso de estudo. Desta forma, este trabalho será composto por três partes: a primeira parte consiste num enquadramento teórico, a segunda faz a caracterização geral da diáspora arménia e das comunidades portuguesas e a última parte que contém o estudo de caso.

O enquadramento teórico baseia-se no conceito de diáspora, que é central para este trabalho, sendo necessário esclarecer e explicitar a definição deste conceito, cuja inflação terminológica tornou difuso, e analisar as suas diferentes dimensões. A segunda parte tem um carácter descritivo e analítico, com algum grau de paralelismo, comparando a Arménia e a diáspora arménia, por um lado, e Portugal e as comunidades portuguesas, por outro. Caracterizar-se-ão os países de origem e os respetivos contextos emigratórios, relevando aspetos importantes e marcantes, bem como explorando questões sobre as identidades e as ligações que as comunidades estabelecem.

A última parte desta investigação diz respeito ao estudo de caso da comparação entre estas duas comunidades em Paris, França. Esta escolha reflete o facto de ser neste local onde existem as maiores comunidades de imigrantes arménios e portugueses na Europa, sendo também uma referência em termos de emigração oriunda dos dois países. Este estudo de caso não pretende ser exaustivo, mas sim ilustrativo de conceitos teóricos evocados, permitindo traçar o perfil destas comunidades, de forma a contribuir para a área de estudos.

A literatura disponível consultada sobre estas temáticas mostra lacunas que se pretendem colmatar com esta investigação e que poderão em muito contribuir para o debate sobre

diásporas. Nesta área de estudos existe muita produção sobre aqueles que são tidos como os casos mais paradigmáticos, como a diáspora arménia, não obstante referências a outras diásporas menos comumente designadas como tal, como é o caso da diáspora portuguesa. Para além da necessidade de um estudo que aborde a questão da aplicação do conceito de diáspora às comunidades portuguesas, também existe uma necessidade de clarificar e delimitar o conceito de diáspora para que possa ser mais facilmente trabalhado. Por fim, a última lacuna que esta investigação pretende colmatar é a existência de muito poucos estudos comparativos entre diásporas, que poderiam ajudar este conceito a ultrapassar definições demasiado rígidas, como a suposta sinonímia com a diáspora judaica, e definições demasiado alargadas, exemplificadas pelo uso exacerbado da palavra.

Parte I – Enquadramento Teórico

1. Conceptualização de Diáspora

1.1. O conceito de diáspora

Desde a proliferação de estudos sobre as diásporas ocorrida no final do século XX, em especial a partir dos anos 1990, muitos académicos das mais variadas áreas se debruçam sobre o conceito de diáspora e as realidades que este pode conter. Assim, foram muitos os estudos e trabalhos que se elaboraram sobre este conceito, alguns tentando defini-lo, outros tentando analisar diásporas específicas, e outros, ainda, tentando expandir o campo de estudos sobre a diáspora e exportar este termo para outras áreas.

O termo ‘diáspora’ é muito antigo, encontrando as suas origens na Grécia Antiga, com o significado de “dispersão”. Existem vários povos que, ao longo das suas histórias, experienciaram dispersões dos seus territórios de origem para outras regiões geográficas e que são comumente considerados diásporas. Os exemplos geralmente apontados incluem o caso dos judeus, dos gregos, dos arménios, dos africanos ou dos irlandeses, sendo estes considerados fenómenos de diásporas clássicas, formadas no seguimento de um evento traumático na sua história e cuja classificação como diáspora é geralmente aceite (Cohen, 2008, p. 1). No entanto, apesar das suas origens gregas, durante muito tempo, este termo foi associado à experiência judaica enquanto povo forçadamente dispersado do seu território de origem para várias outras partes⁴.

Esta associação fez com que, durante muito tempo, a diáspora judaica constituísse o caso mais proeminente deste fenómeno⁵, realçando William Safran a equivalência entre ‘diáspora’ e o exílio dos judeus do seu território histórico e sua dispersão por partes variadas, denotando também a opressão e a degradação moral provocadas por essa dispersão (1991, p. 83). Também Gabriel Sheffer reconhece que a diáspora judaica é tida como um modelo padrão daquilo que é considerado uma diáspora, pois a sua experiência

⁴ Acrescenta-se que esta dispersão do povo judaico teve lugar na Antiguidade, sendo quase contemporânea da dispersão que originou a diáspora grega. Não obstante esta contemporaneidade, Sheffer frisa que, ao contrário de muitos judeus que se consideravam em exílio, os gregos pareciam não atribuir uma conotação negativa à sua dispersão (2003, p. 46).

⁵ Apesar de este ser um caso considerado paradigmático para o estudo das diásporas e de reconhecer a importância da diáspora judaica e do seu impacto para esta área de estudos, Clifford (1994) considera que a diáspora judaica não deve servir como modelo rígido para a definição e determinação daquilo que é uma diáspora. Assim, esta diáspora, bem como a grega e a arménia, pode ser tomada como um ponto de partida não-normativo para um discurso em mutação face às novas condições da globalização (p. 306). Por sua vez, também Sideri considera que desenvolver uma definição a partir das memórias de uma única comunidade diaspórica não seria um exercício produtivo (2008, p. 32).

incorpora aqueles que são considerados os diferentes estados da existência de uma diáspora⁶, o que muito influenciou (e continua a influenciar) o próprio conceito de diáspora e o seu entendimento tanto por parte de académicos, como do público em geral.

Esta coincidência do significado de diáspora com a experiência judaica é um fenómeno que se reflete ainda no presente; exemplo disso são os dicionários de língua portuguesa que apresentam como primeira definição do termo ‘diáspora’ a dispersão judaica⁷. No entanto, apesar do facto de esta diáspora constituir um importante exemplo daquilo que é uma diáspora e como uma diáspora se comporta, esta não deve ser tida como modelo para outras diásporas, uma vez que se trata de uma realidade muito particular. Logo, nem todas as comunidades que possam ser consideradas uma diáspora têm de aderir por completo às características da diáspora judaica, podendo exibir, em relação a esta, muitas, ou muito poucas, características em comum.

A proliferação deste termo, em parte devida a dificuldades na sua definição, vem tornar mais confusa uma área de estudos que já carecia de delimitação e definição consensuais. Sobre esta proliferação, Brubaker (2005) faz um levantamento sobre as várias tentativas de definição e classificação deste fenómeno, bem como dos diferentes tipos de diáspora e de várias instâncias em que um grupo terá recebido tal designação. Algumas diásporas mais antigas, como é o caso da judaica, e também da arménia e da grega, são tidas como casos clássicos e paradigmáticos de diásporas. À medida que se foram qualificando dispersões de outros povos como diásporas, alguns autores criaram diversas categorias, permitindo que se agrupassem analogamente outras experiências diaspóricas àquelas já comumente aceites. Assim surgem, pela mão de diversos académicos, exemplos de diásporas como “*catastrophic diasporas*”, “*victim diasporas*”, “*trading diasporas*”, ou “*mobilized diasporas*” (p. 2).

⁶ Sheffer refere-se à ocorrência de uma dispersão (traumática), a inexistência de um estado-nação soberano no território ancestral deste povo, a perseguição e discriminação deste povo noutros locais, a mobilização e ligações da diáspora e a instauração de um estado-nação soberano sítio no seu território ancestral, concretizado no estado de Israel. Como o próprio conclui, “*Because the Jewish diaspora was regarded as the archetypal diaspora, the notion that all diasporas were exilic communities was erroneously applied to most other diasporas.*” (2003, p. 114).

⁷ O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa apresenta apenas duas definições (Priberam, s.d.):

1. *Dispersão do povo judeu.*

2. *Dispersão de um povo ou de uma comunidade ou de alguns dos seus elementos.*

Através deste exemplo, constata-se a importância atribuída à experiência judaica para a definição deste termo, pois a primeira definição está relacionada com a diáspora judaica e referências a outras diásporas aparecem posteriormente, carecendo de uma especificação para que se distingam da judaica.

Para além destas categorias, Brubaker elenca outras situações que receberam a designação de ‘diáspora’. Os apelidados “*long-distance nationalists*”⁸, designados como diásporas por se referirem a grupos de emigrantes que se mantêm envolvidos nas políticas dos seus locais de origem; os “*labour migrants*” (migrantes laborais) que mantêm vínculos emocionais e sociais com os seus locais de origem; comunidades linguísticas, como é o exemplo da Lusofonia ou da Francofonia, constituídas por elementos trans-étnicos e transfronteiriços, à semelhança também de comunidades religiosas globais; grupos de emigrantes que tenham sido, em larga escala, assimilados pelos países de acolhimento; diásporas que terão resultado não da migração de pessoas além-fronteiras, mas sim das mudanças de fronteiras políticas dos estados, por exemplo resultante da dissolução de impérios multiétnicos; as supostas diásporas etno-culturais, ou diásporas definidas por país de origem; e ainda outras supostas diásporas que parecem apenas agrupar pessoas com características em comum⁹ (2005, pp. 2-3).

As tentativas de definir e determinar o que é uma diáspora intensificaram-se a partir da década de 1990, tendo Safran (1991) elaborado uma lista de características, das quais uma “comunidade minoritária expatriada” deve possuir várias para que possa ser considerada uma diáspora e não apenas uma comunidade migrante (pp. 83-84). Desde então, muitos autores têm vindo a recuperar esta lista de características, como forma de estabelecer uma ferramenta analítica a partir da qual se possa definir uma diáspora¹⁰.

Partindo desta lista, e fazendo um balanço da bibliografia sobre a diáspora na tentativa de encontrar uma definição e para que melhor se possam conduzir estudos comparativos entre diferentes diásporas, Kim Butler (2001) enumera três características básicas acerca das quais a maioria dos académicos da diáspora parece estar de acordo, nomeadamente a dispersão, uma relação com os territórios de origem e uma consciência da identidade do grupo (p. 192). Para além destas três características, Butler menciona ainda uma quarta, a dimensão temporal, característica esta que também é apontada por outros autores, de entre os quais se destaca Robin Cohen.

⁸ Anderson, B. (1998). *The Spectre of Comparisons: Nationalism, Southeast Asia, and the World*. apud Brubaker (2005).

⁹ Sobre estas, Brubaker elenca “*the dixie diaspora, the yankee diaspora, the white diaspora, the liberal diaspora, the conservative diaspora, the gay diaspora, the deaf diaspora, the queer diaspora, the redneck diaspora, the digital diaspora, the fundamentalist diaspora and the terrorist diaspora.*”, algumas, reconhece, com produção literária (2005, p. 3).

¹⁰ O Anexo I deste trabalho congrega a referida lista de características elaborada por William Safran, juntamente com as demais listas mencionadas adiante, cujas autorias pertencem a Kim Butler, Rogers Brubaker e Robin Cohen.

Em *Global Diasporas*, Cohen sugere algumas ferramentas das quais os académicos se podem servir para delinear uma diáspora. Destas, é relevante destacar a listagem das características mais relevantes aplicáveis a casos que se possam considerar uma diáspora e a criação de uma tipologia, baseada em ‘tipos ideais’, de forma a desenvolver um vocabulário acordado e controlado, procedendo a uma classificação das diferentes diásporas ao salientar os seus atributos mais importantes (2008, pp. 15-16).

Cohen fundamenta esta lista nos chamados ‘tipos ideais’ de Weber que constituem uma ferramenta analítica que permite a classificação de um fenómeno ao criar categorias ideais às quais as diferentes instâncias pertencem, sem que estas sejam obrigadas à sua total conformidade. Esta tipologia salienta os atributos mais importantes de uma diáspora, numa abstração deliberadamente exagerada, favorecendo a sua análise e comparação. Assim, Cohen propõe cinco tipos de diáspora: “*victim diaspora*”, “*labour diaspora*”, “*imperial diaspora*”, “*trade diaspora*” e “*deterritorialized diaspora*”¹¹¹².

Sobre as características de uma diáspora, também Brubaker, para além do já referido levantamento acerca da proliferação do termo, se propõe a analisar aquilo que considera serem três elementos centrais constitutivos da diáspora, em que, numa combinação ponderada destes assenta a maioria das definições e discussões sobre a diáspora. Estes elementos são a dispersão, uma orientação para o território de origem e a manutenção de fronteiras.

Por sua vez, Sheffer (2003) estuda o fenómeno das diásporas de um ponto de vista político, contribuindo com perspetivas que se pretendem generalistas para este fenómeno. Entre os vários contributos que faz a esta área de estudo, salienta-se a distinção dicotómica entre uma diáspora que não está associada a um estado independente estabelecido, dita “*stateless*”, e uma diáspora que o está e onde o seu grupo étnico constitui a maioria da população e com o qual mantém ligações, “*state-linked*” (p. 73). Esta distinção tem influência não só ao nível dos indivíduos que vivem em diáspora, mas também ao nível das diferentes organizações das diásporas e das suas atitudes.

¹¹ Na obra *Global Diasporas*, Robin Cohen expõe o seu raciocínio acerca destes cinco tipos de diáspora, dedicando a cada tipo um capítulo do seu livro. Nestes capítulos, baseia a sua análise a cada tipo em exemplos concretos de diásporas. Desta forma, concretiza as suas teorias em exemplos práticos, permitindo ainda o estudo de outras diásporas do mesmo tipo por analogia. Veja-se o caso da “*imperial diaspora*”, cujo exemplo é o império britânico, o qual pode também ser aplicado ao império português.

¹² São utilizados os termos originais em inglês para estas classificações por se entender que, uma vez traduzidas, não descrevem fielmente as realidades que se pretende representar e transmitir.

1.2. A dispersão

Esta secção debruçar-se-á sobre um dos elementos-chave do fenómeno diaspórico, a dispersão. Este pode ser entendido como um ponto de partida para uma diáspora, a sua génese. Sobre este elemento, destacam-se dois pontos marcantes para uma diáspora: as suas condições e motivos e o facto de contemplar múltiplos destinos.

As condições da dispersão são um aspeto apontado por vários autores como uma das principais características de uma diáspora. Tipicamente, considera-se que as dispersões que estão na origem do fenómeno diaspórico têm, predominantemente, um carácter forçado¹³ e traumático. Exemplo disto é Cohen (2008), cuja lista de características de uma diáspora é encabeçada por uma dispersão de cariz traumático. Isto sucede porque as consideradas diásporas clássicas sofreram uma dispersão traumática dos povos, como é o caso da diáspora judaica e do seu exílio forçado, da diáspora arménia e da dispersão dos sobreviventes ao genocídio arménio, da diáspora irlandesa e da fome e escassez que assolaram a ilha, ou da chamada diáspora africana cujos membros foram vítimas da escravatura. Estas origens marcam os povos e a sua história coletiva, não só daqueles que permanecem, mas também daqueles que partem. Face a estes exemplos, não é de estranhar que muitos se tenham convencido de que uma diáspora tenha de ter na sua génese um acontecimento traumático. Aliás, é precisamente uma dispersão deste género que origina uma chamada “*victim diaspora*”, como proposta por Cohen¹⁴.

No entanto, apesar de uma dispersão traumática ser comum e considerada regra geral, não é o caso de todas as diásporas. Em alternativa (ou até adicionalmente), Cohen refere saídas do território de origem com base noutros motivos, leiam-se a procura de trabalho, a procura de oportunidades comerciais ou a perseguição de ambições coloniais. Estes motivos equivalem às bases, respetivamente, de uma “*labour diaspora*”, uma “*trade diaspora*” e uma “*imperial diaspora*”. Estes motivos de saída também estão associados à criação de diásporas, mesmo que a dispersão não seja tão pronunciada como no caso de um evento catastrófico, quer em instantaneidade quer em proporção da população dispersada. Também Brubaker, reconhecendo a importância deste elemento, admite que a dispersão pode, ou não, ser forçada, especificando que é determinante para a

¹³ Brubaker interpreta a construção frásica empregada por Safran (“*they, or their ancestors, have been dispersed*”) como excluindo a possibilidade de uma dispersão voluntária, devido à utilização da voz passiva, que retira agência, ou escolha, àqueles que são dispersos (2005, pp. 5, 15).

¹⁴ Para uma descrição mais aprofundada do conceito, enriquecida pelos casos da diáspora africana e da diáspora arménia, consultar o capítulo 3 “*Victim diasporas: Africans and Armenians*” (2008, pp. 39-60).

caracterização de diásporas como “comunidades étnicas divididas por fronteiras nacionais” (2005, p. 5).

Para além das condições e motivos da dispersão, é essencial que a dispersão contemple pelo menos dois destinos. Esta é uma especificidade do fenómeno diaspórico que o permite distinguir de outros tipos de migrações e comunidades, o facto de que povos originários de um mesmo território se dispersem por várias partes e aí se estabeleçam. Tanto Cohen como Butler especificam nas suas características típicas de uma diáspora que a dispersão deve contemplar um mínimo de dois destinos. Esta última autora salienta que os vários destinos são uma condição necessária para a existência das características redes e relações que se estabelecem entre membros de uma mesma diáspora em diversos locais (2001, p. 192).

1.3. Relações entre as diásporas e as suas *homelands*

Um dos componentes mais importantes do fenómeno diaspórico é a *homeland*, aqui traduzida por território de origem¹⁵. Este não é só importante por ser o ponto de origem da dispersão, mas também pela forma como as diásporas e os seus membros se relacionam com os respetivos territórios de origem. São aspetos como esta relação, continuada e mantida, e este envolvimento que permitem distinguir uma diáspora de outros tipos de comunidades. No caso das diásporas, esta relação com os territórios de origem e os seus povos é muito particular, contribuindo para outros elementos fulcrais das comunidades diaspóricas, como a existência de uma mitologia acerca do território de origem, um compromisso com a sua manutenção e segurança, e visitas ou movimentos de retorno. Esta relação ilustra também uma orientação para os territórios de origem, reais ou imaginários, que funciona como uma fonte de valores, identidade e lealdade¹⁶.

Apesar de estes serem aspetos fulcrais, alguns teóricos, como apontado por Brubaker, desviam o foco da *homeland*, fortemente enfatizada por autores como Safran, e da sua definição das diásporas como “orientadas por contínuas ligações culturais a uma fonte e

¹⁵ Optou-se por esta designação uma vez que se considera ser a expressão mais próxima da significância original em inglês. Outras hipóteses de tradução, como país, pátria ou nação, não seriam adequadas por não representarem ou excluírem realidades que o termo *homeland* engloba, concretamente quanto à ligação entre membros de uma diáspora e um território físico específico, em detrimento de um país. Por exemplo, existem arménios em diáspora oriundos de territórios arménios, pertencentes ao antigo império otomano, que atualmente pertencem à Turquia, não deixando de se considerar parte da diáspora arménia, apesar do facto de os seus territórios de origem estarem contidos dentro das fronteiras de outro país.

¹⁶ Brubaker denota uma autoridade por parte do território de origem na emanção de valores, como evidenciado pela passagem: “*the orientation to a real or imagined ‘homeland’ as an authoritative source of value, identity and loyalty.*” (2005, p. 5).

por uma teologia de retorno”. Contrapõe a este facto, citando Clifford, que uma diáspora pode ter “ligações descentradas e laterais que podem ser tão importantes como aquelas formadas em torno de uma teologia de origem/retorno”. Neste sentido, aponta para a existência de diásporas não propriamente orientadas a raízes num local específico e a um desejo de retorno, mas sim a uma capacidade de recriar a sua cultura em diversos locais (2005, p. 5).

1.3.1. Mitologia acerca da homeland

Um dos primeiros aspetos a salientar acerca destas relações é a existência de uma mitologia coletiva acerca do território de origem e do seu povo, que consagra este território como o seu lar ancestral¹⁷. Esta mitologia pode concretizar-se em mitos acerca do próprio território de origem, das origens de um povo, de acontecimentos ancestrais, ou de feitos concretizados pelo povo. A existência, partilha e disseminação das memórias coletivas sobre a mitologia dos territórios de origem e seus povos serve um propósito aglutinador das comunidades em diáspora, não só para unir os membros da diáspora entre si, independentemente de partilharem ou não a mesma localização física, mas também como elemento distintivo de outras comunidades e do país de acolhimento.

Estes mitos, lendas ou histórias são propagados através das gerações, muitas vezes criando elos entre os membros de uma diáspora e o seu território de origem que de outra forma não existiriam, uma vez que, com o passar das gerações, as ligações físicas com os territórios de origem podem desvanecer-se ou até perder-se por completo. Assim, esta mitologia tem o papel de fortalecer as relações entre os membros de uma diáspora e criar ou consolidar relações entre os membros da diáspora, o seu território de origem e até entre comunidades de uma mesma diáspora.

1.3.2. Compromisso com a manutenção da homeland

A mitologia acerca do território de origem também está ligada a outra importante característica das diásporas, que pode ser resumida a um compromisso com o território de origem. Mais concretamente, um compromisso com a “manutenção e segurança do território de origem” (Butler 2001, p. 215), para com a sua “restauração, segurança e prosperidade, ou até mesmo com a sua criação” (Cohen 2008, p. 17). Este é um dos aspetos que está na base das relações continuadas das diásporas com os seus territórios

¹⁷ Esta mitologia, ou visão, da *homeland* é referida pelos principais autores enunciados como fontes para a conceptualização de diáspora, cf. Anexo I.

de origem¹⁸. A distância, quer física quer geracional, ao território de origem não parece atenuar este sentido de responsabilidade e compromisso com as raízes dos membros de uma diáspora.

1.3.3. Retorno definitivo ou visitas

Para além dos elementos já referidos, também a ideia de retorno tem especial importância para uma diáspora. Não obstante a forte ligação que os membros de uma diáspora possam ter com os seus territórios de origem, o retorno pode ser uma possibilidade real ou apenas um sonho, dependendo, muitas vezes, da situação política, económica ou social em que o seu território de origem se encontre em determinado momento. No entanto, nem mesmo isto é determinante para a concretização do retorno, uma vez que os indivíduos em diáspora podem optar por continuar a viver nos seus países de acolhimento.

Quando um retorno definitivo não é possível ou não é desejado, os membros de uma diáspora podem optar por uma relação vicária, consistindo habitualmente em visitas, regulares ou esporádicas, aos seus territórios de origem. Podem ter como objetivo rever familiares ou amigos que permaneceram nos seus lares, participar em celebrações nas suas terras, ou aprofundar ligações com o seu lar ancestral, a sua cultura e as pessoas que lá vivem.

1.4. Relações entre as diásporas e as suas *hostlands*

Outro elemento constituinte do fenómeno diaspórico é a *hostland*, entendida como os locais em que os membros de uma diáspora se estabelecem e aí formam as suas comunidades, também é referida, no âmbito deste trabalho, como país de acolhimento. À semelhança do que sucede com a relação entre as comunidades em diáspora e os seus territórios de origem, também a relação destas comunidades com os diversos países de acolhimento é complexa e, por vezes, até conturbada. Esta relação possui várias características intrinsecamente ligadas ao fenómeno diaspórico, como um sentimento de alienação face à sociedade de acolhimento ou como o surgimento de *lobbies*¹⁹, grupos de pressão ou outros tipos de organizações cujo objetivo é influenciar políticas.

¹⁸ Esta característica é pertinentemente ilustrada pela diáspora arménia, tanto no que diz respeito ao compromisso com a manutenção e segurança dos seus territórios de origem, como no que diz respeito ao seu compromisso com a criação ou estabelecimento de um estado-nação arménio independente coincidente com os seus territórios de origem. Ambos estes aspetos serão discutidos de forma mais aprofundada no capítulo 3 “Arménia e a Diáspora arménia”.

¹⁹ Este ponto será elucidado e expandido adiante, na secção “2.5.4. Organizações da diáspora”, das quais os grupos de pressão, ou *lobbies*, são exemplos típicos que ocorrem em comunidades diaspóricas.

Sobre este ponto, é importante realçar as teorias de Gabriel Sheffer (2003) sobre a atuação das diásporas a nível político, mais concretamente, a atuação de uma diáspora face aos países de acolhimento em relação ao equilíbrio entre a manutenção de uma identidade distinta e a integração ou assimilação. Aliás, uma das teorias que avança pode ser assim enunciada: quando os membros da diáspora se pretendem integrar e assimilar numa sociedade de acolhimento, diminuem as suas ligações à diáspora e, conseqüentemente, afastam-se do seu país de origem; e vice-versa, quando os membros da diáspora querem manter a sua identidade empregam estratégias que os aproximem aos seus territórios de origem e, conseqüentemente, os distanciam das sociedades de acolhimento (pp. 23-24). Assim, uma diáspora poderá adotar uma série de estratégias em relação aos seus países de acolhimento. Estas estratégias podem ser, das mais benignas para as menos benignas: estratégias assimilacionistas, estratégias integracionistas, estratégias comunistas ou corporativistas, estratégias autonomistas, estratégias irredentistas ou estratégias separatistas²⁰.

1.4.1. Sentimento de alienação em relação à hostland

O sentimento de alienação face à sociedade de acolhimento é outra característica típica das diásporas. Apesar de este ser um sentimento que também pode ser partilhado por outros imigrantes, no caso das diásporas, este sentimento é exacerbado pela recusa por parte dos membros de uma diáspora em se assimilarem na sociedade de acolhimento. Os estritos laços dentro de uma diáspora, que enaltecem a sua história, cultura e valores comuns, também servem como elemento distintivo que faz com que vejam as sociedades de acolhimento como um ‘outro’. Também as condições de dispersão podem contribuir para este sentimento de alienação e alteridade experienciado por pessoas que vivem em diáspora, visto que, segundo aponta Cohen (2008), o temor da possibilidade de que outra tragédia se abata sobre o grupo é característico de diásporas, especialmente aquelas cuja dispersão se deveu a acontecimentos traumáticos (p. 17).

Brubaker salienta aquilo a que chama de “manutenção de fronteiras” como sendo um critério indissociável de uma diáspora. A manutenção de fronteiras diz respeito a fronteiras abstratas ou figurativas, uma vez que este critério se refere às fronteiras desenhadas pela dicotomia criada entre uma diáspora e a sua sociedade de acolhimento. Da mesma maneira que estas fronteiras delimitam e contrapõem a diáspora ao país de

²⁰ Estas encontram-se explicitadas no capítulo 6 (“*Stateless and State-Linked Diasporas*”), em particular na parte “*State-Linked Diasporas’ Strategies, Tactics, and Organization*”, ver páginas 160 a 173.

acolhimento, servem também para aproximar diferentes segmentos da diáspora em países de acolhimento diferentes, preservando uma identidade distinta da dominante nas sociedades de acolhimento. Pode ter como propósito uma resistência deliberada à assimilação, ser fruto de uma segregação autoimposta, ou ser uma consequência não intencional de exclusão social (2005, pp. 6-7).

1.4.2. Possibilidade de uma vida plena na hostland

Não obstante a sua forte ligação aos seus territórios de origem e estes sentimentos de não aceitação, Cohen finda a sua lista de características de uma diáspora com a possibilidade de os seus membros levarem a cabo “uma vida criativa, distinta e enriquecedora em países de acolhimento onde haja tolerância e pluralismo” (2008, p. 17). Este ponto não só parece desassociar a experiência diaspórica da mera sobrevivência e de um exílio forçado, mas também abre a porta para a continuação de uma diáspora, mesmo quando condições suficientes tenham sido alcançadas nos seus territórios de origem, e para uma vida plena e realizada dos membros de uma diáspora que tenham a opção de viver as suas vidas nos países de acolhimento.

1.5. A Diáspora

O último e mais importante componente do fenómeno diaspórico é a diáspora em si mesma, enquanto grupo e comunidade de pessoas cujas origens remontam a um outro território. Para além das características destes grupos já tratadas, existem outras também fundamentais que dizem respeito à própria comunidade diaspórica, que serão agora abordadas de forma a complementar esta análise.

1.5.1. Longevidade da diáspora

Um elemento que ainda não foi aqui desenvolvido acerca das diásporas é a dimensão temporal, entendida como a sua longevidade ou antiguidade. Esta dimensão temporal, como apontada por Butler, dita que uma diáspora deve existir durante, pelo menos, duas gerações²¹. O facto de uma diáspora ser multigeracional dá-lhe a oportunidade de combinar as experiências individuais de migrações com a história coletiva da dispersão do grupo e a regeneração da comunidade no estrangeiro (2001, p. 192). Adicionalmente, também Cohen menciona a importância desta dimensão para a criação e desenvolvimento

²¹ Esta autora afirma que um grupo que se encaixe nas restantes das características que aponta como típicas de uma diáspora, mas que falhe este critério temporal por ser capaz de retornar ao seu território de origem numa única geração, pode ser antes considerado como estando em exílio temporário (2001, p. 192).

de uma diáspora, bem como para as mudanças que pode sofrer em resposta a acontecimentos nos territórios de origem ou nos países de acolhimento (2008, p. 5).

1.5.2. Consciência de identidade de grupo

A existência de uma forte consciência de identidade de grupo constitui um elemento imprescindível da vivência em diáspora. As identidades de grupo destas comunidades têm por base as suas raízes e origens comuns, cimentadas na partilha de uma mitologia, cultura, história, língua, religião ou valores em comum. Estes são elementos que distinguem uma diáspora e que podem contribuir para um sentimento de alienação e isolamento em relação às sociedades de acolhimento. Mas são também estes elementos que aproximam as diversas comunidades de uma diáspora e as unem, sabendo que fazem parte de um povo comum.

Esta consciência de identidade de grupo é mencionada pela maioria dos autores, destacando-se Safran e Cohen que a incluem nas suas listas de características de uma diáspora (1991, p. 84; 2008, p. 17). Também para Butler esta é uma característica importante, visto que a autora considera que deve haver uma consciência por parte dos indivíduos de que fazem parte de uma diáspora e que é esta consciência que os liga uns aos outros e aos seus territórios de origem (2001, p. 192).

1.5.3. Inter-relações entre comunidades de uma diáspora

A manutenção de fronteiras, nos termos em que Brubaker propõe, permite que se considere uma diáspora como uma ‘comunidade’ distinta, sustentada por uma solidariedade particular e ativa, bem como por relações sociais relativamente densas que atravessam fronteiras nacionais e que ligam membros da diáspora em países diferentes numa mesma ‘comunidade transnacional’ (Brubaker 2005, p. 6). Esta solidariedade é uma característica imprescindível das diásporas, estando também intimamente ligada às redes de contactos que existem entre indivíduos e comunidades de uma mesma diáspora em diferentes países. Como Cohen sucintamente refere, há “um sentido de empatia e corresponsabilidade para com outros membros coétnicos noutros países de acolhimento”, salientando não só as relações entre os membros da mesma comunidade, mas também as relações entre membros de outras comunidades de uma mesma diáspora. A relevância deste ponto está precisamente no facto de esta empatia e corresponsabilidade permanecerem, mesmo que o lar ancestral possa ter desaparecido (2008, p. 17).

1.5.4. Organizações da diáspora

Parte da vivência em diáspora acontece nos mais diversos palcos que agregam pessoas que partilhem as mesmas origens em atividades que fazem parte das tradições, cultura e costumes de cada povo. Exemplos destas organizações incluem igrejas, clubes desportivos, restaurantes típicos dos territórios de origem, partidos políticos, rádios, periódicos e revistas, escolas, organizações políticas e grupos de pressão (*lobbies*), grupos artísticos, associações gastronómicas, entre outros. Estas organizações têm como objetivo perpetuar a cultura de uma diáspora e dar aos seus membros um sentido de comunidade junto de outros que partilhem a sua cultura e os seus interesses, sendo que cada comunidade terá as suas próprias organizações.

O *lobbying* é uma atividade característica de muitas diásporas, especialmente em países de acolhimento permeáveis a este tipo de influência, pois estas comunidades veem as suas vidas e lealdades divididas entre dois locais diferentes, os seus territórios de origem e os seus países de acolhimento. Dada a sua capacidade de organização e os seus interesses, é comum estas comunidades tentarem influenciar as decisões políticas e o processo de tomada de decisão. Sobre este aspeto, Butler (2001, p. 190) resume o pensamento de Clifford apontando que a pertença a uma diáspora implica um potencial empoderamento com base na sua capacidade de mobilizar apoio internacional e influenciar tanto os seus países de acolhimento, como os seus territórios de origem²².

1.6. Operacionalização do conceito

Como sintetizado por Clifford (1994, p. 305), as características principais de uma diáspora resumem-se a uma história de dispersão, mitos e memórias acerca dos territórios de origem, alienação experienciada nos países de acolhimento, ambição de um eventual retorno, apoio continuado aos territórios de origem, e uma identidade coletiva substancialmente definida pela relação com os territórios de origem. Assim, face ao exposto neste capítulo, as linhas orientadoras para a definição e determinação de uma diáspora baseiam-se nas listas de características de uma diáspora (como reproduzidas no Anexo I) e nas tipologias propostas por Cohen²³. Para além destes elementos, a definição de diáspora passa também pelo estudo de aspetos como a dispersão e as relações mantidas

²² Como explicitado adiante, a diáspora arménia, em particular, tem uma grande capacidade de organização e de fazer *lobby* de forma a levar avante aquilo que as organizações da diáspora consideram ser benéfico.

²³ No âmbito deste trabalho, por virtude do seu tema e sua metodologia, será dado especial enfoque às tipologias “*victim diaspora*” e “*imperial diaspora*”.

com os territórios de origem, com os países de acolhimento e entre os diversos grupos de uma mesma diáspora²⁴.

Sobre a dispersão, que deve contemplar múltiplos destinos, considera-se que este é um ponto fulcral, podendo ter um carácter forçado ou voluntário e ter ocorrido no seguimento de um acontecimento, muitas vezes negativo, nos territórios de origem ou de forma prolongada no tempo. Apesar de esta definição poder potencialmente incluir quase qualquer tipo de dispersão, a sua falta de especificidade não sinaliza uma fraqueza na teoria sobre diásporas, mas sim um reflexo das diferentes e complexas realidades que este fenómeno pode conter.

Quanto às relações entre uma diáspora e os seus territórios de origem, devem ser realçados aspetos como a existência de uma mitologia ou visão da *homeland* e do seu povo que perdura na memória coletiva dos membros da diáspora e cuja partilha tem um papel aglutinador destas comunidades, um compromisso com a manutenção e segurança da *homeland* e a ambição de um retorno (quer seja definitivo ou se concretize em visitas). Por sua vez, no que diz respeito às relações entre uma diáspora e os países de acolhimento, salienta-se uma natureza complexa e, por vezes, conturbada destas relações, podendo, por um lado, existir um sentimento de alienação dos membros das diásporas face às sociedades de acolhimento (associado também à manutenção de fronteiras perpetuada por algumas diásporas), e por outro lado, não ser descartada a possibilidade de estes indivíduos levarem vidas plenas, realizadas e com condições.

Por fim, relativamente aos grupos da diáspora, destaca-se a longevidade deste fenómeno, a consciência de uma identidade de grupo, alicerçada na partilha de raízes, cultura e circunstâncias, que contribui para a coesão destas comunidades, e as diversas organizações das diásporas, criadas e mantidas pelos seus membros como expressão da sua singularidade. Para além destes aspetos, é importante relevar as relações que comunidades e membros de uma mesma diáspora mantêm entre si, que se consubstanciam na particularidade das redes de contactos que existem entre estes.

²⁴ O fenómeno diaspórico é muito complexo, fazendo com que os componentes das suas relações (a diáspora enquanto grupo, a *homeland* e a *hostland*) estejam fortemente interligados. Desta forma, no âmbito deste trabalho, as diferentes características das diásporas foram associadas à componente mais relevante para cada caso. Por exemplo, a mitologia acerca da *homeland*, apesar de ser mantida pelos membros da diáspora, é associada à relação com os territórios de origem; o sentimento de alienação, experienciado pela diáspora, é associado à relação com os países de origem por ocorrer nestes locais.

Parte II – Caracterização geral das comunidades em estudo

2. Arménia e a Diáspora Arménia

2.1. Contextualização histórica

A Arménia é um país com uma longa e atribulada história que remonta à antiguidade. Devido à sua localização geográfica, o seu território constitui um ponto de passagem de várias rotas e de cruzamento de diversas culturas e civilizações, o que permitiu aos arménios a possibilidade de contactar, interagir e estabelecer relações com diferentes povos. Assim, habitando uma zona tradicionalmente considerada ponto de encontro entre o Ocidente e o Oriente, os arménios têm sido caracterizados como um povo capaz de manter muitas e boas relações com outros povos, favorecendo uma vocação relacional e comercial deste povo, que desde cedo se fez notar. Contudo, nem todas as interações com outros povos foram positivas, visto que a Arménia passou por vários momentos de perda de independência, invasões e conquistas por parte de outros povos. Os seus territórios originais foram repetidamente sujeitos a incursões estrangeiras, fazendo com que tenham sido repartidos entre diversas potências ao longo dos tempos²⁵.

Bournoutian começa por elucidar aquilo que são os territórios arménios²⁶, chamando a atenção para a maior extensão territorial da Arménia, atingida durante o reinado de Tigranes o Grande, consolidando o breve Império Arménio do século I a.C. que se estende do mar Mediterrâneo ao mar Cáspio (2006, p. 31). Já no final do século XII, este autor destaca a criação de um estado independente pelos arménios fora dos seus territórios históricos, o Reino Arménio da Cilícia, numa região onde muitos arménios já habitavam desde os tempos do controlo bizantino (2006, p. 93), que viria a colapsar no século XV.

No século XV, segundo Bournoutian, depois da conquista otomana de Constantinopla, o sultão Maomé II terá deslocado forçadamente um grande número de arménios da Anatólia e da Crimeia para a cidade, o que veio aumentar significativamente a comunidade arménia na capital otomana, onde atingiram preeminência militar e política (2006, pp. 188-189). Aí, apesar de flutuações nos seus números ao longo dos séculos, tem-se verificado a

²⁵ Ao longo da história da Arménia, ocorreram várias alterações à configuração dos seus territórios, bem como aos titulares da soberania destes. No âmbito deste trabalho, apenas serão referidos alguns momentos de relevância para a diáspora arménia que mais terão impactado estas comunidades.

²⁶ O autor, usando referências presentes, aponta a maioria dos territórios orientais da Turquia, parte do nordeste do Irão, partes da Geórgia e do Azerbaijão, bem como os territórios da República Arménia. Inclui também uma série de limites naturais que mais exatamente poderão descrever os territórios históricos da Arménia. O autor descreve estes limites, mas destaca ainda que os arménios estabeleceram comunidades a este do rio Kura, até ao mar Cáspio, e estados a oeste do rio Eufrates, até à Cilícia, no mar Mediterrâneo (Bournoutian 2006, p. 5).

existência de uma substancial comunidade arménia, cujos habitantes levavam vidas prósperas e bem-sucedidas, não obstante a discriminação sentida pelo facto de constituírem uma minoria cristã em territórios muçulmanos.

Nos séculos XVI e XVII, os territórios do Cáucaso e da Ásia Menor foram divididos entre o Império Otomano e o Império Persa, resultando no domínio do ocidente da Arménia por parte dos otomanos e do seu oriente pelos persas. Foi também no início do século XVII que ocorreu o estabelecimento de um bairro arménio em Nova Julfa, no Irão, constituído por arménios que tinham sido desterrados durante o avanço persa sobre os territórios otomanos. Nesta cidade foram-lhes concedidos vários privilégios que lhes permitiram enveredar pelo comércio. Assim, os arménios reclamaram para si próprios um papel fulcral nas diversas rotas comerciais, aproveitando-se também para tal dos seus contactos com outras comunidades arménias (Yevadian, 2016, p. 36). A sua dispersão por partes tão variadas como o Irão, o sul da Rússia, a Índia, Veneza, Manila ou Amesterdão colocou-os numa posição privilegiada para agirem enquanto mercadores e mediadores de bens, pessoas e ideias (Ganjalyan 2019)²⁷.

Na sequência das guerras russo-persas, muitos arménios abandonaram o Império Persa em favor da Arménia ocidental, contida no Império Otomano, juntando-se assim a numerosas comunidades arménias que habitavam nestes territórios²⁸. As incursões russas no Cáucaso durante o final do primeiro quartel do século XIX, que terão contado com amplo apoio dos povos arménios, resultaram na tomada da soberania de parte dos territórios arménios pelo Império Russo. Os tratados assinados no seguimento das guerras russo-persas asseguraram aos russos o domínio sobre os territórios orientais da Arménia, permitindo ainda o retorno de arménios deslocados no Império Persa.

Nos vários locais onde vivem deslocadas, as comunidades arménias mantêm a sua cultura e as suas tradições vivas e praticam-nas com regularidade. No ano 301, a Arménia foi a

²⁷ Os arménios tinham um papel especialmente importante no comércio de seda de alta qualidade (*raw silk*) da Pérsia, chegando mesmo a comercializar um maior volume através de rotas terrestres do que os europeus pelas rotas marítimas. No século XVII, praticamente todos os mercadores da rota de Julfa para a Rússia eram arménios, contribuindo para um monopólio desta rota no comércio de seda entre a Pérsia e a Europa. Em meados do século XVIII, os arménios ainda tinham uma participação entre 60% a 70% no mercado da seda (Ganjalyan 2019, para. 9).

²⁸ Como mencionado anteriormente, os territórios da Arménia ocidental, apesar de se situarem no Império Otomano, eram o território de origem de muitos arménios desde antes da chegada dos turcos à Anatólia e da conquista turca de Bizâncio. Aliás, desde a era bizantina e início da Idade Média que comunidades arménias habitavam em territórios que atualmente correspondem à Turquia, mas eram considerados territórios históricos do povo arménio.

primeira nação a adotar o Cristianismo como religião oficial, sendo à Igreja Apostólica Arménia que pertence a maioria da população da República da Arménia, assim como muitos que vivem na diáspora. Assim, a Igreja Apostólica Arménia cedo reclamou para si própria um papel aglutinador e de liderança do povo arménio, substituindo-se a um estado nacional soberano e independente, e tornando-se o *Catholicos* também o representante do povo arménio enquanto este estava sob domínio estrangeiro. Assim, e durante muito tempo, a fé e pertença à Igreja constituíam um marco determinante da identidade arménia²⁹.

Apesar de muitos arménios terem emigrado, por vezes até dentro de um mesmo império, para procurar melhores condições de vida e de trabalho, a principal causa da sua dispersão é tida como sendo o Genocídio de 1915. Até finais do século XIX e início do século XX, os arménios eram tidos em boa consideração no Império Otomano, sendo prezados pelas suas qualidades e estando bem integrados na sociedade, especialmente em Constantinopla. No entanto, no início do século XX, o Império Otomano encontrava-se num período de declínio, sendo referido como o “homem doente da Europa”. Esta decadência, aliada ao surgimento de novas forças e movimentos nacionalistas, criou tensões dentro do império e na sociedade otomana que acabariam por encontrar como bode expiatório as comunidades arménias. Perante a desconfiança otomana em relação aos arménios, em parte devido ao sucesso e prosperidade destes, particularmente contrastando com otomanos e outras comunidades minoritárias do império, os arménios tornaram-se alvo das represálias otomanas. Por estas razões, foram visados pelos massacres do final do século XIX e pelo primeiro Genocídio do século XX, calculando-se que terá vitimado cerca de um milhão e meio de arménios.

Para além do impacto que estes acontecimentos tiveram nos números da população arménia, uma parte substancial desta foi obrigada a deixar os seus territórios de origem. Por este motivo se afirma que grande parte da diáspora contemporânea foi tocada pelo Genocídio, uma vez que são descendentes de pessoas que perderam a vida ou foram expulsas das suas terras. É por esta razão que se acredita que o Genocídio, pelo impacto

²⁹ Tölölyan (1988) aponta para a presença de líderes da Igreja nos conselhos de estado desde cedo, referindo também a contribuição da Igreja para a criação do alfabeto arménio, em 406 d.C., e para a subsequente orientação da vida intelectual. Neste sentido, afirma que, em 1461, data do estabelecimento do Patriarcado em Constantinopla, a Igreja tinha-se tornado na instituição mais importante da vida arménia e continuaria, nos quatro séculos seguintes, a assumir inquestionavelmente o papel de voz do povo arménio, sendo os líderes da Igreja o mais importante grupo da elite arménia, que liderava o povo, tanto quanto era possível fazê-lo, até ao surgimento dos partidos políticos em finais do século XIX (pp. 56-57).

que teve, constitui um inegável marco na história do povo arménio e, como tal, tornou-se um significativo pilar da identidade arménia, em particular nas comunidades da diáspora.

Apesar, ou por causa, de os arménios viverem dispersados pela região de onde são oriundos, eram muito poucos os locais onde constituíam a maioria étnica da população ali residente. Depois dos acontecimentos que os dispersaram dos seus territórios, foram muito poucos e em pequenas comunidades os arménios que permaneceram. Este facto dificultou a coesão dos territórios de origem deste povo, ao mesmo tempo que prejudicou as suas reivindicações sobre territórios partilhados com outras etnias, onde estas últimas poderiam constituir uma maioria.

No final da Primeira Guerra, os arménios esperavam tirar partido da vitória Aliada sobre o Império Otomano para verem restituída a independência aos seus territórios ancestrais. Apesar de terem conseguido proclamar a sua independência em 1918 nos territórios arménios do Império Russo (a Arménia oriental), a constituição de um estado independente não foi tão frutífera como esperariam. As promessas dos Aliados inscritas no Tratado de Sèvres em relação à restituição dos territórios ancestrais arménios não chegaram a ser concretizadas (Neves 2018, p. 76). Internamente, a nação não estava preparada para existir enquanto estado independente, estava desgastada por disputas territoriais e inundada de refugiados de guerra que trouxeram doenças e fome. Então, a Primeira República Arménia é soviétizada em 1920, acabando por integrar a União Soviética.

Após cerca de sete décadas sob domínio soviético, em 1991, propiciada pelo colapso da União Soviética, a Arménia, tal como as demais repúblicas soviéticas, readquire a sua independência. Contudo, aquilo que seria um acontecimento fausto foi eclipsado pela miséria e más condições de vida na Arménia, fruto do terramoto de 1988³⁰ e da eclosão da guerra contra o Azerbaijão pela reivindicação dos territórios de Nagorno-Karabakh no início dos anos 1990. A queda da União Soviética foi um acontecimento marcante, tanto para a Arménia, que readquiriu a sua independência, como para a diáspora que, não

³⁰ Situada nas proximidades da Falha Setentrional da Anatólia, desde o século IX que há registos de eventos sísmicos de grande escala na Arménia (Bournoutian 2006, p. 7). O terramoto ocorrido a 7 de dezembro de 1988 teve uma magnitude entre 6,8-7,0 e epicentro na cidade de Spitak, no norte da Arménia. Estima-se que este evento sísmico tenha matado entre 25 e 100 mil pessoas, ferido mais de 130 mil e deixado cerca de meio milhão de desalojados, bem como inúmeros estragos nas infraestruturas do país (Manoukian, 2020).

esperando a independência da Arménia, não estava preparada para que tal eventualidade ocorresse (Baser e Swain, 2009, p. 56).

Através deste primeiro e breve vislumbre sobre a longa história da Arménia pode verificar-se que a dispersão deste povo é um fenómeno que remonta há muito, bem como o estabelecimento de comunidades arménias, mais ou menos organizadas, nos locais de destino. Por conseguinte, constata-se a presença destas comunidades em várias cidades dos diversos impérios a que pertenciam, sendo que estas cidades nem sempre coincidiam com aquele que é considerado o território ancestral da Arménia, encontrando-se assim deslocadas.

2.2. A diáspora arménia

A diáspora arménia, na sua totalidade, constitui uma grande parte da população arménia a nível mundial³¹. Esta diferença deve-se às várias vagas de emigração que este país conheceu ao longo dos séculos, fazendo com que uma parte considerável da sua população se encontre dispersa e não habite o território arménio.

Apesar de, geralmente, se falar de uma diáspora como sendo uma entidade única e relativamente uniforme, a diáspora arménia mostra que isto não corresponde necessariamente à realidade. Devido à sua antiguidade, dispersão geográfica e diferentes ondas de emigração, surgiram algumas diferenças entre os diversos grupos desta diáspora que não podem ser ignoradas e que mostram que este fenómeno é muito mais intrincado do que aquilo que possa parecer. Um dos fatores mais determinantes de disparidades entre membros da diáspora é apontado como remontando ao momento da emigração. Como a emigração da Arménia para o exterior é um fenómeno tão prolongado no tempo e ocorre sob circunstâncias muito diversas, verifica-se que as comunidades da diáspora não são todas iguais, nem a diáspora em si própria é uniforme. Assim, os diversos momentos de partida e suas circunstâncias, bem como os diferentes países de destino fazem com que, naturalmente, haja diferenças na diáspora, quer em termos ideológicos, quer sociais. Também é por causa da sua longa história e da sua extensa diáspora (em termos

³¹ Enquanto a população da República da Arménia atualmente atinge quase os 3 milhões, a população da diáspora arménia é muito mais difícil de estimar, existindo estimativas que vão desde 4 a 8 milhões. Cohen contabiliza uma população total de 7,5 milhões, sendo que 3 milhões vivem na República Arménia (2008, p. 52).

geográficos e da duração da sua existência) que o arménio falado na Arménia é uma versão diferente do arménio estabelecido na diáspora³².

2.2.1. *As comunidades*

Gevorkyan (2016) distingue quatro principais ondas de emigração da Arménia, que podem ser categorizadas cronologicamente e segundo as condições que as motivaram. A primeira compreende um longo período, desde a antiguidade até cerca do século XX, em que comunidades arménias se estabeleceram um pouco por toda a parte, caracterizando-se pela sua boa adaptação aos países de acolhimento e o estatuto que alcançaram nessas sociedades. Esta tendência auspiciosa foi quebrada pelos massacres de 1894-1896 e pelo Genocídio Arménio, em 1915, momento no qual tem início a segunda onda de emigração. Nesta época, num espaço de tempo comparativamente curto, uma grande quantidade de pessoas deixou os territórios do ocidente da Arménia, acrescentando a comunidades já existentes ou criando outras novas. A onda seguinte é marcada pelo período durante o qual a Arménia viveu sob o domínio soviético e durante o qual a emigração foi menor, chegando a ocorrer a repatriação de um elevado número de pessoas da diáspora. No entanto, algumas destas pessoas, por não se conseguirem adaptar, voltaram a emigrar, o que, aliado aos conflitos e instabilidade que se vivia no Médio Oriente, fez com que muitos arménios partissem rumo à Europa Ocidental e ao continente americano. A última e mais recente onda de emigração dá-se depois da independência da Arménia, motivada, primeiro, por crises humanitárias provocadas pela queda da União Soviética, pelo terramoto de 1988 e pelo conflito com o Azerbaijão sobre a questão de Nagorno-Karabakh; e, posteriormente, pela fraca economia e falta de condições de vida. Este último motivo levou à emigração de pessoas com poucas qualificações que viajam para a Rússia e outras antigas repúblicas soviéticas e, mais recentemente, à emigração de trabalhadores mais qualificados para a Europa e América do Norte.

O facto de ser uma antiga república soviética e de ser ainda um país em desenvolvimento faz com que a sua economia não seja, ainda, muito forte. A Arménia é, assim, um país marcado, como afirma Gevorkyan (2008), pelo fraco crescimento do mercado de trabalho e pela sua dependência das remessas dos emigrantes. Isto é comprovado pelo aumento de

³² Esta variante do arménio, conhecida como arménio ocidental (*Western Armenian*), remonta à época das comunidades arménias do Império Otomano, tendo sido aí desenvolvido e proliferado pela população e utilizado em periódicos e produções literárias. Dado o enorme peso das comunidades provenientes da Arménia otomana na diáspora, esta é a versão do arménio que muitos levaram consigo para a diáspora em detrimento daquela falada atualmente na República da Arménia (*Eastern Armenian*).

emigrações com o objetivo de procurar emprego no estrangeiro, sendo que, depois, estas pessoas enviam remessas de volta para as suas famílias na Arménia. Estas remessas dos emigrantes ajudam muitas pessoas a suprir as necessidades decorrentes da pobreza e também a melhorar as suas condições de vida, dado que são muitas vezes utilizadas para fazer face a despesas e consumos correntes³³.

2.2.2. As hostlands

As comunidades de arménios que viviam nas grandes cidades tinham vidas muito diferentes e muito mais confortáveis do que a restante população que habitava em meio rural. Nas grandes cidades, os arménios eram artistas, artesãos, escritores, poetas, professores, intelectuais, comerciantes ou industriais. Eram estimados nas sociedades em que estavam integrados, muitas vezes assumindo cargos próximos dos governantes, junto dos quais desempenhavam funções de intermediários quer diplomáticos quer de negócios. Este facto fazia com que fossem considerados os indivíduos mais leais dos impérios a que pertenciam, onde desempenhavam altos cargos.

Nos anos subsequentes a 1915, vários locais onde existiam comunidades arménias foram inundados por uma nova vaga de migrantes que procuravam fugir aos horrores contra si perpetrados. Alguns terão fugido para países vizinhos, como foi o caso da Síria e do Líbano, mas outros optaram por partes mais longínquas. Algumas comunidades na Europa expandiram-se, como foi o caso em França, e, mais longe, outras deixaram de ser residuais e passaram a ter uma dimensão bastante considerável, como foi o caso da América do Norte e Austrália. Como se pode constatar, os arménios tiraram partido das rotas comerciais e dos grandes centros urbanos e culturais, espalhando-se por muitas e diversas regiões ao longo da sua história.

Para além da região próxima dos territórios ancestrais arménios, inicialmente, os arménios tomaram como destino das suas migrações principalmente a Europa, o Médio Oriente e a Ásia. No continente europeu, mostravam uma clara preferência pela parte oriental deste, embora também houvessem grandes comunidades em algumas partes da Europa ocidental e outras, mais pequenas, espalhadas um pouco por todo o continente. Também na região do Médio Oriente e em algumas partes da Ásia se foram estabelecendo várias comunidades arménias, de diferentes dimensões e de diferente relevância, mas

³³ O gráfico constante no Anexo II, mostra que o fluxo de remessas para a Arménia tem vindo, tendencialmente, a crescer ao longo do tempo. Apesar de o seu peso em relação ao PIB variar, é inegável que as remessas foram e continuam a ser uma fonte de rendimento importante para o país e para os cidadãos que recebem estas remessas, representando entre 4% a 20% do PIB arménio.

geralmente próximas de entrepostos ou rotas comerciais. Apesar da sua importância no passado, algumas destas comunidades da diáspora foram desaparecendo, tanto pela subsequente emigração dos arménios para outros países, como pela sua assimilação nos países de acolhimento. No entanto, no seu lugar, outras novas foram surgindo e foram-se desenvolvendo.

Apesar da independência alcançada pela República da Arménia em 1991, este país não foi inundado por ondas de migrantes em diáspora a regressar ao seu lar ancestral. Em parte, porque muitos membros da diáspora que sobreviveram ao Genocídio e que integraram comunidades noutros países eram oriundos de territórios na atual Turquia. Assim, muitas destas pessoas não reconhecem a atual República da Arménia como estado que represente a nação arménia, nem como a materialização do seu lar ancestral, optando assim por não retornar. Por outro lado, muitas pessoas optaram por não regressar à Arménia com o cair da Cortina de Ferro pois as suas condições de vida nos países de acolhimento, particularmente no Ocidente, eram bastante melhores do que aquelas que seriam na Arménia. Adiaram, deste modo, um eventual regresso para um momento posterior em que as condições socioeconómicas fossem mais favoráveis. Apesar disto, houve uma quantidade substancial de pessoas que efetivamente retornou para se estabelecer na nova Arménia independente. Contudo, uma parte destas, confrontada com a falta de condições de vida na Arménia, optou por emigrar novamente (Gevorkyan 2008).

2.2.3. Lobbying e mobilização

Aqueles que emigraram no seguimento do Genocídio de 1915 eram maioritariamente oriundos de territórios situados nas regiões mais ocidentais da Arménia. Este grupo também fala uma variante de arménio diferente daquela usada na República da Arménia (o arménio oriental) e identifica como seu lar ancestral territórios que atualmente pertencem à Turquia. Estes dois fatores dificultam, podendo mesmo vir a impedir, uma identificação dos membros da diáspora com a atual República, condicionando também a relação que mantêm com o país e os objetivos de mobilização enquanto grupo. Se, por um lado, existem fações que impulsionam atividades de apoio à República da Arménia, existem também aqueles, como os referidos acima, que, por não se identificarem com aquilo que a Arménia é atualmente, preferem bater-se por outras causas. Estas tanto podem ser o reconhecimento do Genocídio nos respetivos países de origem, a reivindicação de reparações por parte da Turquia, a restituição de territórios perdidos,

como Nagorno-Karabakh ou os territórios do leste da Turquia que integravam a Arménia ocidental, ou a normalização das relações diplomáticas com a Turquia.

As assinaladas diferenças de identificação e pertença, e subsequentes objetivos, estão também ligadas a diferenças ideológicas. Em alguns casos, estas podem refletir-se em apoios políticos e partidários que condicionam a interação da diáspora, ou certas alas desta, com a Arménia. Isto pode ter efeitos positivos ou negativos para as partes envolvidas, mas mostra o peso e influência da diáspora na política interna da Arménia. Desta forma, e consoante os objetivos de mobilização de um dado grupo, também é possível que a diáspora influencie a política externa de um país de acolhimento em relação à Arménia. Também o controlo soviético da Arménia veio separar ainda mais a diáspora dos seus territórios de origem, aprofundando diferenças sociais, económicas, políticas e culturais. Melkonian, citado por Baser e Swain (2009, p. 56), afirma que esta separação começou a dissipar-se no rescaldo do terramoto de 1988, quando a diáspora se mobilizou para prestar auxílio à Arménia e às vítimas, e contribuindo na reconstrução de infraestruturas no seguimento da independência da Arménia³⁴.

Apesar desta aproximação, algumas divergências mantêm-se, não só entre a diáspora e a Arménia, mas também no seio da diáspora. Durante muito tempo as causas do reconhecimento do Genocídio e da ameaça de movimentos panturquistas uniram os arménios da diáspora e unificaram os seus objetivos. No entanto, estas não são preocupações prementes da diáspora, nem elementos constituintes da sua identidade (Baser e Swain 2009, p. 58). Não obstante o facto de muitos arménios da diáspora serem oriundos dos territórios mais ocidentais, a questão dos territórios de Nagorno-Karabakh é muito importante para a diáspora, uma vez que a possibilidade de perda de territórios suscita a memória histórica da perda de territórios e de vidas para nacionalistas turcos no leste da Anatólia entre 1915 e 1923³⁵.

Baser e Swain observam que o processo decisório na Arménia é vulnerável ao envolvimento da diáspora, uma vez que, em países de acolhimento liberais, esta tem

³⁴ Uma instância mais recente em que a diáspora arménia se mobilizou para prestar auxílio à Arménia foi em 2020, durante a pandemia de Covid-19. No início desta crise, quando escasseavam materiais médicos na Arménia, várias organizações da diáspora reuniram-se para comprar material médico para reforçar a capacidade da Arménia de combate à pandemia. Entre estas organizações contam-se a Fundação Calouste Gulbenkian, a AGBU (Armenian General Benevolent Union), entre outras. Estas doações foram anunciadas pelo Gabinete do Alto Comissariado para os Assuntos da Diáspora da Arménia, numa publicação na sua página de Facebook datada de 16 de abril de 2020.

³⁵ Baser e Swain 2009, p. 59, citando Tölölyan.

espaço de manobra para influenciar as políticas tanto da Arménia como do país de acolhimento. Esta posição de força da diáspora em relação à Arménia faz com que esta última pareça mais fraca económica e politicamente, necessitando do apoio da diáspora que, em contraste, surge como rica e poderosa (pp. 54-55). As relações entre o governo da Arménia e a diáspora são articuladas através do Gabinete do Alto Comissariado para os Assuntos da Diáspora, que tem como objetivo fomentar os laços entre a diáspora e a Arménia, bem como tirar partido do potencial da diáspora (em termos de capital humano, económico e intelectual) para benefício do país³⁶.

Isto é particularmente relevante quando estamos perante um país de acolhimento com um regime liberal e tolerante e em que o sistema político seja particularmente permeável às influências de *lobbies*. O caso paradigmático destas condições é o dos Estados Unidos, onde existe uma grande e influente comunidade arménia e cuja política interna permite a intercessão de grupos de interesse. Em particular, o *lobby* arménio em Washington é responsável pela aprovação pelo Congresso da Seção 907 do *Freedom Support Act* de 1992, que inibe assistência direta do governo norte-americano ao Azerbaijão (Baser e Swain 2009, p. 59)³⁷

2.3. Conclusão

Através do exposto neste capítulo, pode comprovar-se a longa história da Arménia e a sua longa tradição de dispersão e emigração. Inicialmente, esta dispersão enquadra-se naquilo que, como descrito no capítulo anterior, é considerada uma *trade diaspora*. Este povo terá tomado partido das suas circunstâncias geográficas, sociais e culturais para se colocar numa posição ideal para prosperar no comércio. Em particular, as redes de contactos entre as comunidades arménias dispersadas por diferentes partes, permitiu-lhe estabelecer entrepostos comerciais próximos das principais rotas comerciais, agindo enquanto mediadores de trocas de bens e de culturas.

Os massacres do final do século XIX e o Genocídio de 1915 vieram mudar e marcar profundamente a diáspora arménia. O carácter trágico destes eventos causou uma dispersão consistente com uma chamada *victim diaspora*. Não será então surpreendente que este facto tenha vindo a influenciar toda a diáspora até aos dias de hoje. Durante o domínio

³⁶ Os principais objetivos e principais áreas estratégicas e de intervenção encontram-se enumerados na página oficial do Gabinete do Alto Comissariado para os Assuntos da Diáspora.

³⁷ Os autores apontam que o Azerbaijão foi a única antiga república soviética a ser excluída dos apoios americanos, enquanto a Arménia se tornou no maior beneficiário de auxílios *per capita*.

soviético da Arménia, os arménios da diáspora, sob o peso da memória histórica de perseguições, exílio e massacres, conseguiram manter-se unidos e coesos, constituindo um farol da identidade arménia, da sua história, cultura e legado.

Ainda na atualidade, os fantasmas dos acontecimentos trágicos que se abateram sobre os arménios persistem, visto que o temor de que uma nova tragédia possa tocar este povo esteve sempre presente. Este sentimento foi acordado e trazido de volta ao primeiro plano com os acontecimentos do final de 2020, com o reacendimento dos conflitos em Nagorno-Karabakh. Esta guerra contra o Azerbaijão, em curso desde a década de 1990, tem tido confrontos ao longo dos anos, que vêm ameaçar o *status quo* precário que se tinha estabelecido na região. O apoio da Turquia ao Azerbaijão no reacendimento deste conflito, aliado à retórica belicista e de “armenofobia” dos líderes turco e azerbaijanês, só veio agravar os medos arménios da possibilidade de, mais uma vez, virem a ser o alvo de intenções genocidas.

Esta diáspora conseguiu construir as suas vidas em vários países de acolhimento espalhados pelo mundo, fortemente marcada pelo seu passado recente e ainda com a cultura dos seus territórios de origem a desempenhar um importante papel nas suas vidas. Estes fatores propiciam a sua mobilização, tanto no sentido de auxílio à Arménia e às comunidades da diáspora, como pela via do *lobbying*. Como notado, as comunidades arménias são bastante proficientes nesta atividade, em particular nos Estados Unidos onde o regime deste país e a sua posição na cena internacional permitem aos arménios a influência em decisões relevantes para os seus territórios de origem e objetivos políticos.

3. Portugal e as Comunidades Portuguesas

3.1. Contextualização histórica

Portugal é um país que desde há muito conhece fronteiras estáveis, sendo reconhecido como um dos países cuja determinação das fronteiras nacionais mais cedo ocorreu na história da Europa. Aliado a isto, a sua posição geográfica em muito contribuiu para o seu desenvolvimento e as atitudes e políticas externas que tem vindo a adotar. Desta forma, a sua localização pode ser tida como um fator determinante da sua história.

O facto de possuir apenas uma única fronteira terrestre leva à necessidade de um equilíbrio nas suas relações com o país vizinho, a Espanha, que obriga a uma gestão entre boas relações e demonstrações de força e resistência que previnam um ataque espanhol. A outra fronteira de Portugal é o oceano Atlântico, um elemento que desde cedo tem marcado e influenciado o imaginário do povo português. Assim, uma nação que se encontrou enclausurada por um país vizinho de um lado e pelo oceano do outro teve de almejar outras lugares para concretizar os seus esforços de expansão.

Em 1415, Portugal conquista Ceuta, inaugurando o período dos Descobrimentos, uma época que determinaria o futuro da maioria dos territórios e povos do planeta. A sua exploração desde cedo começou a dar frutos, concretizando-se na descoberta dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, que ainda hoje integram o território português. Com o passar do tempo, várias viagens conduziram Portugal a possuir um vasto império ultramarino, que se estendia por todo o globo. No seu auge, o império colonial português compreendia territórios na América, em África e na Ásia, onde se incluíam o Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Guiné-Bissau, Macau, entre outros territórios³⁸.

No âmbito deste empreendimento nacional, inúmeros portugueses deixaram o território de Portugal para se estabelecerem como colonos nos territórios além-mar ao longo dos vários séculos durante os quais o império ultramarino português subsistiu. Este longo período de saídas de pessoas de Portugal para as suas colónias enquadra-se e ilustra perfeitamente o fenómeno denominado por Cohen (2008) como “*imperial diaspora*”, segundo o qual colonos deixam o seu território de origem com o objetivo de expandir as

³⁸ O império português estendia-se desde o Norte de África, à África Subsariana, ao Sudoeste Asiático, ao Subcontinente Indiano, à Ásia Oriental, à Oceânia, à América do Norte, à América Central e à América do Sul. Alguns dos territórios incluíam Angola, Arguim, Bahrein, Barbados, Brasil, Bombaim, Cabo Verde, Calecute, Ceilão, Ceuta, Damão, Diu, Guiné-Bissau, Goa, Macau, Maldivas, Melinde, Moçambique, Molucas, Mombaça, Ormuz, São Tomé e Príncipe, Tânger, Timor-Leste e Zanzibar, entre outros.

ambições coloniais do seu país³⁹. Nestes casos, segundo Cohen, os contactos comerciais entre um país com ambições imperiais e outros povos eram seguidos pelo estabelecimento dos primeiros nessas áreas e a sua colonização, sendo estes colonos maioritariamente europeus que iam em representação dos seus governos. Assim, em casos de um estabelecimento comercial ou militar, segundo Cohen, pode dizer-se que existe uma chamada diáspora imperial (2008 pp. 68-69).

Rovisco afirma que a génese do fenómeno emigratório remonta já ao período das Descobertas, apesar da falta de dados estatísticos da emigração portuguesa anteriores ao século XIX. Esta autora, contrariando opiniões como as de Eduardo Lourenço que não consideram as saídas para as Índias e para o Brasil como fluxos emigratórios, afirma que a época dos Descobrimentos terá sido responsável pela determinação dos destinos preferenciais da primeira vaga emigratória portuguesa (2001, p. 1). Neste sentido, a intensificação das saídas dos portugueses, principalmente provenientes do campesinato, dá-se no século XVII e, em especial, para o Brasil, inicialmente para as plantações de tabaco e de cana-de-açúcar e, mais tarde, coincidindo com a descoberta de ouro, para a exploração mineira (Arroteia 2001, p. 2; Rovisco 2001, p. 2). Durante quase três séculos, até meados do século XX, as saídas eram maioritariamente para o Brasil, tendência que se veio a alterar apenas na década de 1960. Foram a falta de condições em Portugal, o seu atraso a nível industrial e a sua fraca economia, assim como as oportunidades e perspectivas de enriquecimento inspiradas por outros territórios que impulsionaram muitas das saídas.

O século XX, não só pelos acontecimentos a nível mundial, mas também pelos acontecimentos em Portugal, vem trazer mudanças à emigração portuguesa. No início do século XX, um novo destino muito atrativo para a emigração, não só de portugueses, mas também de pessoas de muitas outras origens, surge como novo destino preferencial da emigração portuguesa: os Estados Unidos da América. Este país rapidamente se tornou um dos principais destinos da emigração portuguesa, com várias comunidades portuguesas a aí se estabelecerem. Ainda na América do Norte, também o Canadá, nas décadas de 1960 e 1970, se impõe como destino das saídas dos portugueses, contudo,

³⁹ O exemplo destacado e explicitado por Cohen refere-se ao império britânico. Contudo, o caso do império português é semelhante ao britânico, contando com a emigração de colonos portugueses rumo às colónias situadas nas mais variadas partes do globo, para habitar estes territórios, tirar partido dos recursos naturais indígenas e assegurar a governança sobre estes, por forma a concretizar as ambições imperialistas e coloniais da metrópole.

com números sempre inferiores aos das saídas para os Estados Unidos. Entre as décadas de 1950 e 1970, a Venezuela vem apresentar-se como novo destino para as emigrações portuguesas, principalmente aquelas com origem na ilha da Madeira. Também durante este período a emigração originária principalmente na Madeira toma como destino a África do Sul.

No continente europeu, os destinos prediletos da emigração portuguesa são sobretudo a França e a Alemanha, onde havia uma elevada procura de mão-de-obra e recrutamento de trabalhadores estrangeiros para os países europeus mais industrializados. Na década de 1960, a França vem substituir o Brasil como destino preferencial das emigrações portuguesas⁴⁰. Arroteia estima que o movimento emigratório para França se terá incrementado no seguimento da participação portuguesa nas campanhas da Flandres, durante a Primeira Guerra, remontando ao final do século (2001, p. 2). Rovisco concorda, dizendo que este fluxo tem início nos anos 1950, sendo na década de 60 que se regista o maior número de saídas. Nos anos seguintes, este fluxo emigratório vai perdendo ímpeto, sendo já muito reduzido no final da década de 80. Por sua vez, a Alemanha registou sempre menos entradas de portugueses do que a França, concentrando a maioria destas entradas nos anos 60 e 70 (Rovisco 2001, p. 4). Já no final do século XX, são a Suíça e o Luxemburgo que surgem como pólos de atração das emigrações portuguesas no continente europeu, assim como a Austrália, na Oceânia.

Rovisco traça o perfil típico dos emigrantes portugueses do século XX para a Europa como sendo maioritariamente jovens, do sexo masculino, muitos deles casados, oriundos de regiões menos desenvolvidas do país, muitas vezes ligados a atividades dos setores primário e secundário, com baixas qualificações e que emigram sozinhos. Apenas num momento posterior, quando o emigrante já tivesse reunido condições suficientes para tal, é que a sua esposa e eventuais filhos emigrariam e se juntariam ao emigrante. É este reunir das famílias que está na origem de grande parte da emigração feminina. (2001, p. 4). Já Rocha-Trindade, citada por Arroteia, afirma que são as “motivações de natureza económica: impossibilidade de sobreviver; impossibilidade de realizar investimentos

⁴⁰ Arroteia apresenta um argumento muito semelhante, acrescentando que ocorreram mais de 1,4 milhões de saídas legais com destino a países europeus industrializados que, somadas às saídas clandestinas, totalizam os 2 milhões de emigrantes (2001, p. 2). Estes dados são corroborados pelo Observatório da Emigração que, no Portuguese Emigration Factbook 2019, aponta para mais de 2 milhões de saídas de Portugal, legais e clandestinas, entre 1901 e 1973 (pp. 17-18).

permitindo melhorar as condições de vida própria e da sua família" as causas principais da emigração portuguesa (2001, p. 3).

Dados os destinos preferenciais da emigração portuguesa acima explicitados, importa notar ainda que a preferência por um ou outro destino também está relacionada com a região da qual um emigrante é oriundo. Simplificadamente posto e de uma forma generalizada: principalmente da região do Minho, mas um pouco por todo o país, a preferência era por territórios brasileiros; a partir dos anos 1960, dos distritos do litoral mais industrializados e com maior densidade populacional, muita da emigração partia rumo à França e Alemanha; na Madeira, os destinos preferenciais eram a Venezuela e a África do Sul; enquanto que, nos Açores, a emigração tinha como destino os Estados Unidos e o Canadá (Arroteia 2001, pp. 3-4).

No século XXI, surge uma nova vaga de emigração⁴¹ provocada pela crise económica e financeira de 2008-2012 que atingiu os Estados Unidos e a Europa. Apesar de os motivos para estas saídas serem coerentes com aqueles que se verificaram durante a maior parte da história de Portugal, nomeadamente a procura de melhores oportunidades e condições de vida, o perfil dos emigrantes sofreu algumas alterações. Não foram maioritariamente jovens do sexo masculino com baixas qualificações, mas sim pessoas com mais qualificações (também devido ao facto do aumento da escolaridade obrigatória) e uma distribuição de géneros mais equitativa⁴². Muitos destes emigrantes também tiraram proveito de serem cidadãos europeus e desfrutarem de liberdade de circulação, que facilita a um emigrante a habitação e o trabalho em qualquer outro país pertencente ao espaço Schengen.

3.2. As comunidades portuguesas

Como já se viu, Portugal é um país de emigração e, como tal, possui comunidades de emigrantes em várias partes do globo. As Nações Unidas estimam que, em 2017, houvesse em todo o mundo mais de 2 milhões de emigrantes nascidos em Portugal (Observatório da Emigração 2019, p. 23). As comunidades portuguesas estão espalhadas

⁴¹ Os números do Instituto Nacional de Estatística, citados pelo Observatório da Emigração (2019) apontam para um número de saídas total entre cerca de 920 mil e cerca de 1 milhão, no período compreendido entre 2001 e 2018 (cf. Anexo III).

⁴² O estudo levado a cabo por Lopes e Teixeira (2014), apesar das suas limitações em termos de amostra (que os próprios consideram não ter representatividade estatística, todavia ilustra a referida mudança do perfil do emigrante típico. Neste contexto, os autores encontram uma amostra de emigrantes com estudos superiores, ainda relativamente jovem e uma distribuição de género que mostra que $\frac{3}{4}$ dos inquiridos são do sexo feminino, o que constata ser um desvio do perfil típico do emigrante (p. 101).

pelo mundo, fruto dos fluxos emigratórios que o país tem conhecido ao longo da sua história. Os países onde mais portugueses ou luso-descendentes habitam são: África do Sul, Alemanha, Angola, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Luxemburgo, Moçambique, Reino Unido, Suíça e Venezuela. Um estudo levado a cabo por Adriano Albino, que analisa a “diáspora dos portugueses” entre 1951 e 1965 conclui que o número de portugueses e de luso-descendentes em todo o mundo é superior a 31 milhões⁴³. Os números deste estudo calculam que o número de portugueses e luso-descendentes se divida em: 9,31 milhões nos Estados Unidos e Canadá; 10,8 milhões no Brasil; 7,54 milhões na Europa; 3,19 milhões em África; 193.360 na Oceânia; e 154.800 na Ásia (Observatório da Emigração, 2009).

3.2.1. As hostlands

Os diferentes países onde é possível encontrar comunidades portuguesas apresentam particularidades que caracterizam estas comunidades. Sendo um dos primeiros destinos da emigração portuguesa e um dos mais concorridos ao longo dos séculos, no Brasil situa-se uma das maiores comunidades portuguesas do mundo, alimentada por uma presença constante de portugueses e por um fluxo estável de emigração para este país. Ainda no sul do continente americano, a Venezuela constituiu, na segunda metade do século passado, um dos destinos preferenciais da emigração portuguesa oriunda da Madeira. Rovisco salienta que esta comunidade “se revelou bastante dinâmica na promoção de atividades associativas (...) e no estabelecimento de órgãos de comunicação social dirigidos à comunidade portuguesa” (2001, p. 3).

Também a África do Sul se tornou destino das emigrações portuguesas, com emigrantes originários da Madeira, mas também para portugueses que emigravam novamente desde Moçambique. Neste local, o baixo estatuto socioeconómico dos madeirenses mantinha-se no país de acolhimento. Pelo contrário, os portugueses que vinham de Moçambique possuíam um alto nível de escolaridade e poder económico. Por esta razão, Rovisco aponta que este último grupo contribuiu para o aumento do prestígio social e da influência política da comunidade portuguesa na África do Sul (2001, p. 4).

Ao contrário das emigrações transoceânicas, as emigrações para a Europa, pela sua proximidade geográfica, permitem a manutenção da relação com Portugal e com as terras

⁴³ Numa estimativa baseada nos valores dos registos consulares e estimativas da população portuguesa e luso-descendentes, Diogo avança o número, mais conservador, mas mais comumente referido, de 5 milhões e meio (2014, p. 39). Por sua vez, o site de Internet da Diáspora Lusa menciona 5 milhões de emigrantes portugueses e 20 milhões de luso-descendentes (<https://www.diasporalusa.pt/comunidades/>).

dos emigrantes, concretizada em visitas frequentes. Esta proximidade geográfica e a manutenção das relações dos emigrantes com as suas terras, famílias e amigos que tenham permanecido faz com que a possibilidade de retorno não só seja real e concreta, como também um objetivo a almejar (Rovisco, 2011, p. 5).

3.2.2. Relações com Portugal

Na história recente, o Estado português tem envidado esforços no sentido de manter uma boa relação com as suas comunidades emigrantes. Este esforço institucional é evidenciado, por um lado, pelas celebrações do 10 de junho (em que se comemora o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas) e, por outro lado, pelos incentivos ao retorno a Portugal ou ao investimento em Portugal. Desde o início do mandato do atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que as celebrações oficiais do Dia de Portugal se têm dividido em duas localizações: uma delas em território nacional e uma outra numa cidade estrangeira onde exista uma substancial comunidade portuguesa⁴⁴.

O Estado português também se tem mostrado muito interessado em captar investimentos provenientes das comunidades, bem como em atrair os emigrantes para regressarem a Portugal. No sentido da captação de investimentos, foi aprovado, em agosto de 2020, o Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora e o estatuto de Investidor da Diáspora. Com o objetivo de tirar partido do potencial económico das comunidades portuguesas, este Programa pretende contribuir para a “atração e fixação do investimento originário das comunidades portuguesas e para a internacionalização da nossa economia através destas, para a valorização e desenvolvimento dos territórios”⁴⁵. Por sua vez, no sentido de incentivar o retorno dos emigrantes, foi aprovado em 2019 o Programa Regressar, que visa a concessão de incentivos monetários a emigrantes que, cumprindo determinados requisitos, pretendam retornar a Portugal. No âmbito deste programa, existem medidas como um regime fiscal mais favorável, apoio financeiro para os

⁴⁴ As comemorações oficiais, em 2016, tiveram lugar em Lisboa, Portugal, e em Paris, França; em 2017, tiveram lugar no Porto, Portugal, e em Rio de Janeiro e São Paulo, no Brasil; em 2018, tiveram lugar em Ponta Delgada, Açores, e em Boston e Providence, Estados Unidos da América; em 2019, tiveram lugar em Portalegre, Portugal, e em Cabo Verde. Em 2020, as comemorações oficiais estavam previstas para se realizarem na Madeira e na África do Sul. Contudo, devido à pandemia de Covid-19, as celebrações nestes locais foram canceladas, tendo, em seu lugar, sido realizada uma cerimónia restrita e simbólica em Lisboa. Fonte de informação: site da Presidência da República: <https://www.presidencia.pt/>

⁴⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2020.

emigrantes (ou seus familiares) que venham trabalhar para Portugal e uma linha de crédito para apoio ao investimento⁴⁶.

Estas iniciativas mostram que Portugal está cada vez mais consciente do potencial das suas comunidades emigradas e que o país pretende tirar proveito deste potencial. Visto que Portugal é um país muito envelhecido, com baixas taxas de natalidade e baixos índices de renovação de gerações, o retorno de emigrantes poderia contribuir para atenuar este problema, assim como o facto de se estabelecerem em territórios com menor densidade populacional contribuiria para combater a desertificação do interior. Por sua vez, o chamado investimento da diáspora poderia ajudar no combate ao desemprego e na fixação de capital, ao criar empresas e empregos em território português.

3.2.3. Vivência das comunidades

As comunidades portuguesas têm um sentimento de portugalidade que levam consigo para onde emigram e mantêm através das ligações com Portugal e com outros portugueses. Noivo nota que a maioria dos emigrantes portugueses de primeira geração, apesar de viverem no estrangeiro há décadas, mantêm o uso da língua portuguesa, assim como relações próximas com os seus territórios de origem (2002, p. 257).

Esta autora estabelece algumas diferenças entre as comunidades portuguesas com base nos seus países de acolhimento. Distingue que, na Europa, é mais cultivado o mito do retorno; na América do Sul, existe uma maior assimilação na sociedade de acolhimento; e na Austrália e no Canadá, a maioria dos portugueses tem elevadas taxas de retenção etnocultural devido, em parte, às políticas destes países que encorajam o multiculturalismo (2002, p. 258).

O facto de o panorama social e político de Portugal não apresentar crises profundas, permite aos emigrantes portugueses que têm essa possibilidade fazer visitas frequentes à sua terra. Normalmente, estas visitas coincidem com eventos importantes, nomeadamente, o natal e festas ou outras ocasiões familiares, ou então muitos emigrantes aproveitam o período de férias para voltar à terra e rever família e amigos. Numa tentativa de manter a sua ligação a Portugal, em muitos locais, os portugueses fundam organizações e associações comunitárias com o propósito de estar mais próximos da sua cultura, das suas tradições e da sua língua, ao forjarem ligações com outros portugueses emigrados nos mesmos locais. As categorias destas organizações são ilustrativas daquilo que é a

⁴⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019.

cultura e identidade portuguesa, como por exemplo os clubes de futebol, associações recreativas e folclóricas e associações gastronómicas⁴⁷.

Existe também uma identificação e uma relação entre os membros das comunidades portuguesas que se ressentem de não terem tido oportunidades em Portugal e tiveram de recorrer à emigração, enquanto, por uma série de motivos, podem não se inserir nas sociedades de acolhimento. Assim, constroem laços com outras pessoas nas mesmas circunstâncias e que partilham os mesmos sentimentos, substituindo-os a uma espécie de lar (Noivo 2002, p. 259).

3.2.4. *Ideia de diáspora*

Alguns dos pontos referidos anteriormente faziam referências a uma diáspora portuguesa, sendo esta uma designação que tem conhecido um aumento no seu emprego em tempos recentes. Contudo, este termo não é consensual, havendo, por um lado, aqueles que abraçaram este termo e o usam em comunicações e como bandeira das comunidades, e, por outro lado, aqueles que o repudiam, preferindo a manutenção da expressão ‘comunidades portuguesas’⁴⁸. A utilização do termo ‘diáspora’ parece ser comum pelos meios de comunicação social, sendo aplicado como sinónimo das comunidades portuguesas⁴⁹.

Algumas organizações das comunidades portuguesas também utilizam este termo, veja-se o exemplo da Diáspora Lusa, que se descreve como “um Portal de Comunicação e Serviços que disponibiliza conteúdos informativos, noticiosos e de opinião assim como um directório de informações, agenda de eventos e oportunidades de contactos de e para os Portugueses e Luso-Descendentes residentes em qualquer parte do mundo e também para os PLP-Países de Língua Portuguesa”⁵⁰; ou o exemplo do Conselho da Diáspora Portuguesa, constituído em 2012, descrito como “[desenvolvendo] a ideia de mobilizar portugueses de influência para contribuírem para a melhoria da imagem e credibilidade de Portugal no estrangeiro e dar a conhecer as potencialidades do nosso país, dando corpo

⁴⁷ Segundo o seu website, a Academia do Bacalhau foi criada em 1968 em Joanesburgo, na África do Sul, onde viviam cerca de um milhão de portugueses. Inicialmente, tinha como objetivo a celebração do Dia de Portugal, mas a ideia ganhou tração e atualmente existem 59 Academias no mundo.

⁴⁸ É de relembrar que o próprio propósito desta investigação é o de aferir se as comunidades portuguesas são, de facto, uma diáspora ou se podem ser assim consideradas. Como se explicitará, este é ainda um tema de contenda.

⁴⁹ Uma simples pesquisa de notícias na Internet com os termos “diáspora portuguesa” apresenta inúmeros resultados de artigos de órgãos da comunicação social portugueses, e alguns internacionais, que utilizam esta expressão com o significado de comunidades portuguesas.

⁵⁰ Diáspora Lusa. (sem data). *Quem somos?* Disponível em: <https://www.diasporalusa.pt/quem-somos/>

a uma missão que é a de estruturar uma rede de talentos e de competências que existem nas comunidades portuguesas nos domínios da economia, cultura, ciência e cidadania.”⁵¹.

Em sentido oposto, a AILD – Associação Internacional dos Luso-Descendentes, criada em 2019, repudia o uso da palavra diáspora, tendo até organizado um colóquio intitulado “Pare de dizer ‘diáspora’!”. No âmbito deste colóquio, explicam o repúdio desta palavra por considerarem que esta tem uma “conotação claramente negativa aos ouvidos dos próprios lusodescendentes”⁵². Também Eduardo Lourenço, citado por Noivo, se opunha às comunidades portuguesas se intitularem uma diáspora, pois considerava que a noção de diáspora implicava a ausência de uma pátria (2002, p. 256), o que não é o caso das comunidades portuguesas.

Por sua vez, o Estado português mantém o nome da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, não deixando, no entanto, de empregar em simultâneo o termo ‘diáspora’, como evidenciado na recente criação do estatuto do Investidor da Diáspora. Ademais, a Secretaria de Estado e o próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros fazem-se representar em eventos que utilizam ambas as terminologias, não optando por uma em detrimento de outra. Outro sinal da intercambialidade das expressões encontra-se no estudo encomendado pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e pelo Instituto Diplomático sobre a evolução das políticas públicas relativas às comunidades portuguesas, intitulado “Da Emigração à Diáspora. As Comunidades na Política Externa Portuguesa”⁵³.

3.3. Lusofonia

O propósito de incluir neste capítulo uma secção sobre a Lusofonia está relacionado com a confusão gerada entre este termo e as comunidades portuguesas. Como tal, esta secção vem explicitar a razão de estes dois conceitos se referirem a realidades diferentes e, portanto, não devem ser confundidos nem empregues de forma intercambiável.

⁵¹ Excerto de uma alocução do então Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, na ocasião da constituição do Conselho.

Conselho das Comunidades Portuguesas. (sem data). *Fundação do Conselho da Diáspora Portuguesa com o Alto Patrocínio da Presidência da República*.

Disponível em: <https://www.diasporaportuguesa.org/conselho/>

⁵² AILD. (2020). *Pare de dizer Diáspora*. Disponível em: <https://aild.pt/coloquio-pare-de-dizer-diaspora/>

⁵³ Este estudo, da autoria de Nuno Severiano Teixeira e Pedro Emanuel Mendes, encomendado ao Instituto Português de Relações Internacionais pressupõe que as comunidades portuguesas constituem uma diáspora e analisam-nas, e ao seu papel na política externa nacional, no quadro do engajamento das diásporas (2020, p. 23).

A Lusofonia refere-se, como assinala Brubaker, a uma comunidade linguística transétnica e transfronteiriça, à semelhança da Francofonia e da Anglofonia (2005, p. 3). Estas são comunidades caracterizadas pela partilha de uma mesma língua e de uma cultura comum. No caso da Lusofonia, esta vê as suas raízes no Império Colonial Português, e compreende, para além de Portugal, a Angola, o Brasil, Cabo Verde, a Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

É na CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa)⁵⁴ que a Lusofonia encontra expressão institucional. Criada em julho de 1996, tem como “propósito comum: projectar e consolidar, no plano externo, os especiais laços de amizade entre os países de língua portuguesa, dando a essas nações maior capacidade para defender seus valores e interesses, calcados sobretudo na defesa da democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico”⁵⁵. Esta é uma organização internacional que serve como fórum para a cooperação multilateral entre países da Lusofonia, promovendo a diplomacia entre os países membros e a sua cooperação em diversas áreas.

Assim, apesar de unir povos com origens diferentes, mas com uma língua e um passado comum, a Lusofonia não pode ser considerada uma diáspora, nem parte das comunidades portuguesas. Como visto anteriormente, as diásporas são fruto de uma dispersão geográfica a partir de um mesmo território de origem. Também partilham ligações com outros membros da diáspora em países diferentes e uma ligação a um mesmo lar ancestral. A Lusofonia não cumpre nenhum destes requisitos, pois os seus membros não sofreram qualquer dispersão, podendo nunca sequer ter emigrado. Os membros de países lusófonos podem também não ter qualquer ligação ou relação com outros membros noutros países e também não partilham os mesmos territórios de origem entre si.

3.4. Conclusão

Este capítulo vem demonstrar que Portugal é um país com uma longa história de emigração. Esta história tem início na época dos Descobrimentos, em que a emigração portuguesa era consistente com a categoria de *imperial diaspora* proposta por Cohen discutida anteriormente. No entanto, ainda durante o período colonial e antes da perda do

⁵⁴ A não confundir com os PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que inclui apenas Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

⁵⁵ CPLP – Comunidade dos Países Oficiais de Língua Portuguesa. (sem data). *Processo Histórico*. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>

Império Português, verificam-se muitas saídas de portugueses com o propósito de procurar melhores condições de vida em países estrangeiros.

Apesar de estarem dispersos um pouco por todo o mundo, Rovisco aponta dois sentidos no fluxo da emigração portuguesa: o movimento transoceânico e o movimento intraeuropeu (2001, p. 2). As emigrações descritas neste capítulo desdobram estes dois movimentos e explicitam os momentos em que ocorreram e as suas circunstâncias, bem como os destinos preferenciais dos portugueses. Através destes dois movimentos emigratórios, os portugueses estabeleceram-se e estabeleceram comunidades por todo o mundo, onde mantêm viva a sua língua e cultura. O fenómeno da preferência por determinados destinos de emigração consoante a região da qual os emigrantes são oriundos é particular das comunidades portuguesas.

Existe claramente a manutenção de uma relação com Portugal e com outros portugueses aqui residentes, que se concretiza nas visitas dos emigrantes às terras, nas celebrações das comunidades nos países de acolhimento que reúnem muitos emigrantes e nas aproximações que o Estado português faz a estas comunidades. Apesar da ambivalência em reação ao país de origem experienciada por muitos nas comunidades portuguesas, estas mantêm um sentimento de portugalidade. Este sentimento é cultivado através de atividades, da pertença e participação em organizações dentro das comunidades, de publicações periódicas, estações de rádio ou canais de televisão criadas pelas próprias comunidades, e por eventos culturais e desportivos.

Não obstante as semelhanças entre as comunidades portuguesas e uma diáspora, a equiparação destes dois conceitos ainda suscita debate, com uma das partes a utilizar ambos as formas para descrever a realidade da emigração portuguesa e outra das partes que, por diversos motivos, considera que o termo ‘diáspora’ não deve ser utilizado no contexto das comunidades portuguesas.

Também foi elucidada a confusão entre os conceitos de Lusofonia e de comunidades portuguesas, tendo este capítulo vindo afirmar que se trata de duas realidades diferentes que, apesar de terem aspetos comuns, não são sinónimos e não se referem a uma mesma realidade.

Parte III – Estudo de Caso: Paris, França

4. Comparação entre a diáspora arménia e as comunidades portuguesas

A França é um país que recebe muitos imigrantes, oriundos das mais variadas partes do mundo, especialmente graças às oportunidades existentes neste país, ao seu regime político democrático, liberal e tolerante, e ao seu desenvolvimento económico. Como afirmado anteriormente, este é o país europeu onde existem as maiores comunidades arménias e portuguesas, sendo na cidade de Paris que a maioria dos imigrantes se concentra e os casos das comunidades analisadas neste trabalho não são exceção⁵⁶.

4.1. A diáspora arménia

Desde cedo na Idade Média que se encontram vestígios de arménios em França. Pelo início do século XX, havia alguns milhares de mercadores, empreendedores e estudantes arménios a residir em França. A comunidade arménia em França cresceu bastante em 1915, quando cerca de 60 mil sobreviventes do Genocídio Arménio se refugiaram neste país. Durante este século, mais algumas dezenas de milhares escolheram mudar-se para o país, provenientes do Líbano, Síria, Turquia, Irão e Arménia. Atualmente, apesar das dificuldades na obtenção de dados precisos, várias fontes apontam para cerca de 600 a 650 mil arménios a viver em França, dos quais cerca de 400 mil serão descendentes de arménios nascidos em França (atualmente a maioria será de terceira ou quarta geração). A região parisiense contará com mais de 200 mil pessoas de origem arménia, a maior comunidade no país, seguida de Marselha e Lyon, ambas regiões onde residirão cerca de 150 mil arménios.

No passado recente, Kirakosyan aponta quatro fases migratórias da Arménia para a França, a saber: entre 1988 e 1991, os primeiros movimentos migratórios para Paris e sua região, fruto do colapso da URSS e da independência arménia; entre 1991 e 1996, os “anos negros” na Arménia, cuja emigração é marcada pelo conflito em Nagorno-Karabakh e pela migração de “falsos turistas”; entre 1996 e 2000, no seguimento do cessar-fogo em Nagorno-Karabakh, marcada pelo fenómeno da “fuga de cérebros” (*brain drain*) pela emigração de intelectuais e estudantes; e entre 2000 e 2004, marcada por uma

⁵⁶ Apesar de, como visto nos capítulos anteriores, existirem vários países com grandes comunidades de arménios e de portugueses, selecionou-se o caso francês para este trabalho. Constatou-se que os países com maiores comunidades originárias da Arménia e Portugal são os Estados Unidos e a França. Para a realização deste trabalho, foi escolhida a França por motivos da sua proximidade geográfica.

nova tendência de emigração clandestina, requerentes de asilo e refugiados arménios (2007, p. 154). Através de um conjunto de entrevistas com arménios residentes em Paris, é pintado o quadro da forma como as migrações ocorriam e como se processa a vivência destas pessoas em Paris.

No final do século XX, as precárias condições na Arménia⁵⁷ motivam muitos a migrar, aumentando a emigração para destinos como a Rússia, os EUA e a Europa, muitas vezes por meios clandestinos ou sob outros pretextos. Na chegada à França, as associações comunitárias tornaram-se intermediários indispensáveis para orientar os migrantes. Contudo, alguns migrantes, fruto do desconhecimento da vida e da língua em França, não conseguem adaptar as suas vidas ao novo país e pedem ajuda a associações para regressar à Arménia. No início dos anos 1990, as partidas para França, especialmente para Paris e sua região, estão ligadas a redes familiares e fortemente alicerçadas na diáspora arménia, quer para facilitar contactos, passagens, a procura de trabalho (muitas vezes ilegal) ou de alojamento em zonas onde uma comunidade arménia já se encontre instalada (2007, pp. 156-157).

Estas pessoas afirmam que a identidade arménia está presente no seu quotidiano, mas, em paralelo, aceitam a vivência francesa, não podendo, no entanto, tornar-se franceses, nem manter os seus costumes arménios na sua totalidade (2007, p. 156). Apesar da distância, os entrevistados mantêm ligações muito fortes ao país de origem, o que leva Kirakosyan a concluir que os arménios provenientes da Arménia não se identificam como pertencendo a uma comunidade; consideram-se ainda membros da sociedade que deixaram para trás e não reconhecem a sua condição da dispersão (2007, p. 159).

O Alto Comissariado para os Assuntos da Diáspora do governo da Arménia reporta ainda cerca de 500 organizações e instituições ligadas à comunidade no país, incluindo mais de uma centena de escolas arménias (a maioria das quais são escolas de sábado ou de domingo para a aprendizagem da língua), dezenas de igrejas arménias, casas culturais, *media* e bibliotecas, monumentos ligados à memória das vítimas do Genocídio Arménio, entre outras. A diocese francesa da igreja apostólica arménia junta mais de duas dezenas

⁵⁷ Kirakosyan destaca que o nível de vida na República da Arménia mantinha-se bastante baixo, sendo o ritmo de diminuição da quantidade de pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza bastante lento, situação que seria ainda mais dramática não fosse a ajuda humanitária proveniente da diáspora arménia ocidental (2007, p. 161).

de instituições religiosas em diferentes cidades francesas, cujos pastores estão ativamente envolvidos na construção das comunidades e na preservação da identidade arménia⁵⁸.

As ligações dos membros da diáspora com a Arménia também se mantêm com o auxílio de visitas esporádicas, quer para visitar familiares, para conhecer o país de origem, ou para fazer investimentos neste país⁵⁹. O Gabinete do Alto Comissariado para os Assuntos da Diáspora facilita contactos entre a diáspora para a atração de investimento destas comunidades no país⁶⁰. Para além deste, outras organizações que promovem viagens à Arménia, como é o caso da Birthright Armenia⁶¹, um programa de voluntariado dirigido à juventude da diáspora, com o objetivo de dar a conhecer o país e fomentar as ligações entre os jovens e o seu país de origem.

As relações entre a França e a Arménia são boas, especialmente considerando a dimensão da comunidade arménia residente em França. A manutenção de boas relações entre os dois países facilita também as boas relações e a boa convivência entre as comunidades da diáspora arménia residentes em França e a sociedade francesa. Existem algumas instâncias em que se pode constatar a influência da presença de uma grande comunidade arménia no país, a saber: o reconhecimento do Genocídio Arménio em 2001⁶², várias visitas de estado de presidentes franceses à Arménia⁶³, a comemoração do dia 24 de abril como Dia Nacional da Memória do Genocídio Arménio⁶⁴, ou a resolução do Senado que insta o executivo francês a reconhecer a independência de Nagorno-Karabakh⁶⁵. Também em momentos eleitorais se pode constatar o peso desta diáspora na política interna francesa, já que, nas mais recentes eleições para a Assembleia Nacional, em 2017, vários candidatos, incluindo o presidente eleito Emmanuel Macron, fizeram campanha junto da

⁵⁸ Informação coligida do portal do *Office of the High Commissioner for Diaspora Affairs* (Gabinete do Alto Comissariado para os Assuntos da Diáspora) do governo da Arménia e da publicação francesa *Le Point* (2011).

⁵⁹ Estes investimentos são do foro imobiliário, financeiro ou empresarial, diferindo do envio de remessas para o país, que são também relevantes para a economia arménia e, em especial, para as famílias dos membros da diáspora.

⁶⁰ Cf. página oficial do Gabinete do Alto Comissariado para os Assuntos da Diáspora.

⁶¹ Cf. página oficial do programa Birthright Armenia, inspirado pelo programa Birthright Israel, um programa semelhante cujo público-alvo é a diáspora judaica. Este tipo de programas promove um turismo diaspórico, ou turismo de origem, bem como a promoção linguística e partilha de conhecimentos e contactos.

⁶² *Loi n° 2001-70 du 29 janvier 2001 relative à la reconnaissance du génocide arménien de 1915.*

⁶³ Uma segunda visita de estado do presidente Macron à Arménia já foi anunciada, em julho de 2021, como noticiado pela Public Radio of Armenia no artigo *President of France Emmanuel Macron to visit Armenia*.

⁶⁴ Como noticiado pelo canal de notícias France 24, em 14 de abril de 2019, no artigo *France marks first national commemoration of Armenian genocide*.

⁶⁵ *Résolution n° 26 du Sénat du 25 novembre 2020 portant sur la nécessité de reconnaître la République du Haut-Karabagh.*

“influente comunidade arménia”. Para além destes esforços de campanha, foram eleitos quatro deputados com origens arménias para a Assembleia⁶⁶.

A diáspora arménia também tira partido do regime político francês e da dimensão e influência da sua comunidade no país para veicular as suas reivindicações políticas, como aconteceu no outono de 2020, no seguimento do reacendimento do conflito de Nagorno-Karabakh, em que a diáspora se mobilizou para se manifestar contra as “agressões turco-azeris”, denunciando aquilo que entendem ser a indiferença do Ocidente, e pelo reconhecimento da independência dos territórios de Nagorno-Karabakh⁶⁷.

4.2. As comunidades portuguesas

Diogo (2014) relaciona a “expatriação de milhares de portugueses” na primeira metade do século XX para países como a França com fatores bélicos, nomeadamente a participação nas duas Guerras Mundiais, muitos dos quais não regressam a Portugal no final dos combates, permanecendo em França e juntando-se-lhe posteriormente as suas famílias. O período de ditadura em Portugal também levou para França alguns exilados políticos, que aí permaneceram até à queda do regime (p. 36). No entanto, o pico das saídas portuguesas, em especial para a França, ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, o que contribuiu para a consolidação das comunidades portuguesas no país. Desde então, estas migrações têm vindo a abrandar, não deixando a nacionalidade portuguesa de ser a terceira mais representada entre os imigrantes no país (*Les Chiffres Clés* 2021, p. 14).

Os anos 2000 a 2012 constituem “o segundo maior período de sangria demográfica da história emigratória contemporânea portuguesa”, devido à crise económica que assolou Portugal, voltaram a aumentar as saídas, com destino a vários países⁶⁸ (Diogo 2014, pp. 36-37). Já o relatório dos números-chave da imigração francesa em 2019 indica que quase 80% dos títulos de residência concedidos nesse a pessoas oriundas de Portugal tiveram motivos ligados à família ou ao exercício de atividades remuneradas⁶⁹.

⁶⁶ De acordo com o artigo do site de notícias Azatutyun [Radio Free Europe/Radio Liberty], *4 Ethnic Armenians Elected To French Parliament*, de 19 de junho de 2017.

⁶⁷ O artigo de 25 de outubro de 2020 do jornal L'Express é exemplo de uma destas manifestações, decorrida em Paris. Por todo o mundo onde existem grandes comunidades da diáspora arménia se realizaram manifestações semelhantes.

⁶⁸ Diogo (2014, p. 38) destaca que, no período entre 2008 e 2012, a França é o país com maior número de novos registos consulares (registrando mais de 150 mil).

⁶⁹ Cf. *Les chiffres clés de l'immigration 2019* (2021), p. 27, tabela *Primo Délivrances de Titres de Séjour en 2019 par Motif, Comparaisons Européennes*.

Em 2013, a comunidade lusa residente em França era estimada em cerca de 1,2 milhões de membros, apesar de a maioria dos imigrantes e seus descendentes trabalharem em atividades terciárias (onde se constata uma forte representação dos lusodescendentes com níveis mais elevados de instrução e de qualificações profissionais), existia ainda uma grande proporção destes a trabalhar como operários nos setores da construção civil e industrial (mais dominada pelas primeiras gerações). Verifica-se assim uma mobilidade social, económica e profissional, fruto da integração destas comunidades e do aumento das suas qualificações (Diogo 2014, p. 39).

Como é o caso de outras comunidades portuguesas pelo mundo, também em França estes emigrantes enviam remessas para Portugal⁷⁰. Diogo (2014) destaca um inquérito realizado em 2011, na região de Lyon, que confirma que “70% dos indivíduos chegados há menos de 10 anos enviam remessas para Portugal” (p. 43). Esta informação é coerente com a informação recolhida no âmbito deste trabalho, que mostra que cerca de 30% a 40% do total das remessas que chegam a Portugal tem origem em França (Anexo III). A partir desta informação, e tendo em conta a dimensão das remessas e o seu peso no PIB português, conclui-se que a emigração portuguesa é fortemente motivada por motivos económicos e profissionais, bem como se verifica que os emigrantes mantêm fortes ligações com familiares que deixam para trás.

Como forma de estimular a cultura portuguesa, existem várias organizações em França ligadas à cultura e língua portuguesa. Através do Instituto Camões são estabelecidas parcerias para o ensino da língua portuguesa em França, que se terá iniciado nos anos 1960, estando presente em vários níveis de escolaridade e no ensino universitário⁷¹. No desporto, Pereira (2017) refere que as comunidades portuguesas começaram a estabelecer os seus clubes de futebol em França a partir dos anos 1960 (p. 58), sendo esta a modalidade de escolha destas comunidades, uma vez que a sua prática eleva os jogadores de uma mera qualidade de imigrantes, de trabalhadores ou de operários (p. 65). Diogo (2014, pp 41-42) salienta que, do seu levantamento de cerca de 2700 associações portuguesas no mundo, mais de mil se encontram em França⁷².

⁷⁰ Dados e representações gráficas das remessas para Portugal encontram-se no Anexo III deste trabalho, nos Gráficos 1 e 2.

⁷¹ Na página oficial da Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro – França do Instituto Camões são apontadas 23 seções internacionais portuguesas nas escolas em França, bem como o ensino de português, da língua e cultura portuguesas e de cátedras portuguesas em 15 universidades francesas.

⁷² Este levantamento encontra-se reproduzido no Anexo III deste trabalho.

Simões Marques e Koven (2017) referem que passar a época estival em Portugal é uma prática recorrente em famílias portuguesas que residem em França (p. 294), permitindo-lhes cultivar as suas ligações com Portugal, como parte de um turismo diaspórico ou de origens, exercendo a sua identidade portuguesa não só através das visitas, mas também da própria narração destas (p.296). As autoras abordam as narrativas criadas em grupos de Facebook de portugueses e luso-descendentes residentes em França enquanto estes partilham as suas histórias e experiências quando veraneiam em Portugal. As autoras ligam a partilha das férias a uma ideologia portuguesa generalizada do retorno, que apresenta Portugal como o verdadeiro “lar” do qual os que estão no estrangeiro devem ter saudades, um sentimento considerado emblemático dos portugueses e do nacionalismo diaspórico português (p. 289).

Na história recente, as relações entre França e Portugal têm sido positivas, especialmente visto que ambos os países pertencem à União Europeia, no seio da qual é promovido um entendimento entre os Estados-membros. Para além disto, estes países mantêm boas relações também graças às consideráveis comunidades de imigrantes presentes em ambos os países.

No que diz respeito ao envolvimento das comunidades portuguesas na vida política francesa, o jornal *Le Figaro* salientava, em 2019, o facto de que Portugal é a terceira nacionalidade europeia mais representada entre os eleitos estrangeiros em eleições municipais, com 358 eleitos, sendo que a maioria é eleita na região de Île-de-France⁷³. Nas eleições municipais de 2020, esta tendência manteve-se, visto que 19% dos eleitos estrangeiros tinham nacionalidade portuguesa, estando repartidos um pouco por todo o território. Também se destaca que, relativamente aos eleitores europeus, a comunidade portuguesa representa cerca de um terço dos eleitores europeus recenseados para votar nas eleições⁷⁴.

⁷³ Artigo do jornal *Le Figaro*, de 2 de maio de 2019, *Conseils municipaux : ces Européens qui siègent dans nos mairies*.

⁷⁴ Artigo do jornal regional *Le Progrès*, de 18 de outubro de 2020, *Qui sont les 2 700 Européens élus dans des communes françaises ?*

Conclusões

Esta investigação tem como objetivo principal aferir se as comunidades portuguesas podem ser consideradas uma diáspora. Para atingir este objetivo, em primeiro lugar, elucidou-se a definição de diáspora e os usos deste termo; em seguida, foram analisadas a história e as características da diáspora arménia e das comunidades portuguesas; e, por fim, utilizou-se um caso concreto como ferramenta de aprofundamento desta investigação, o caso destas comunidades em Paris, França. Este desenho de investigação permitiu um estudo da problemática em questão empregando métodos analíticos, descritivos e comparativos, procurando ao longo do trabalho estabelecer uma estrutura relativamente paralela.

Foi demonstrado que o termo ‘diáspora’ se tem tornado num termo muito difundido nas diferentes áreas que tratam as migrações e estes tipos de comunidades. Também o estudo deste conceito e o estudo de diásporas específicas conheceram um período de incremento da sua investigação, o que contribuiu para enriquecer a literatura sobre estes temas, mas também para turvar o significado deste termo e as realidades que descreve. Apesar disto, os trabalhos já realizados sobre estes fenómenos permitem discernir aquilo que são os principais componentes do fenómeno diaspórico, a saber: a dispersão, os territórios de origem, os países de acolhimento e as comunidades da diáspora. São estes os elementos considerados característicos das diásporas e cujas diferentes conjunções ilustram as complexas realidades de cada diáspora.

Foi mostrado que as circunstâncias e o caráter da dispersão de um povo têm um papel muito influente na constituição das comunidades da diáspora, quer pelo momento histórico em que acontece, quer pela conjuntura que se vive nos territórios de origem, quer pelos motivos da emigração, ou pelos países destino das dispersões.

No caso da diáspora arménia, durante muito tempo esta teve características semelhantes às de uma *trade diaspora*, no sentido em que terá tirado partido das suas diferentes localizações para desenvolver uma vertente comercial que tornou estas comunidades muito prósperas e lhes concedeu um lugar de destaque nas sociedades de acolhimento. Contudo, os massacres do final do século XIX e o Genocídio de 1915 originaram uma enorme onda de dispersão num espaço de tempo relativamente curto, cujas características se enquadram na categoria de uma *victim diaspora*. Esta dispersão de caráter trágico e

traumático tocou não só os sobreviventes destes eventos, como também aqueles que já viviam em comunidades da diáspora espalhadas pelo mundo, que foram incrementadas por esta vaga de pessoas que fugia de um destino terrível. Uma vez que, atualmente, uma grande quantidade de pessoas da diáspora arménia é descendente dos sobreviventes do Genocídio, este é um tema que continua a influenciar as comunidades arménias, tanto na relação com os países de acolhimento (através de atividades como o *lobbying*), como na forma como olham para a Arménia e se envolvem nos assuntos do país. No entanto, no passado recente, têm ocorrido muitas emigrações da Arménia simplesmente ligadas à procura de melhores condições de vida e de oportunidades laborais e económicas.

Por sua vez, a dispersão dos portugueses tem início no período dos Descobrimentos, sendo consistente com uma *imperial diaspora*. Contudo, devido à pobreza e falta de oportunidades que se verificam ao longo da história portuguesa, desde cedo que grande parte da emigração teve como objetivo a procura de emprego e oportunidades para uma vida melhor no estrangeiro, mesmo ainda durante o período colonial e até aos dias de hoje. Esta tendência é tida como o principal motivo para as saídas de Portugal.

Outro elemento fundamental do fenómeno diaspórico é o território de origem de uma diáspora. Este território age como uma autoridade para os membros da diáspora, responsável pela determinação daquilo que são os valores, as tradições e a cultura das nações. A sua existência, seja real ou imaginada, serve como um ponto de partida para os membros da diáspora e funciona como um elemento aglutinador destas comunidades. Para além da mitologia criada em torno deste conceito, também a relação com este território e a sua manutenção constituem dinâmicas importantes da diáspora.

No caso da diáspora arménia, o seu território de origem ter-se-á tornado mais difuso, fruto da instabilidade política vivida região ao longo dos tempos, dos períodos de ausência de um estado arménio independente e das alterações das configurações territoriais vividas. No entanto, esta relação mantém-se forte o suficiente para assegurar um envolvimento permanente das comunidades da diáspora e um compromisso com os seus territórios de origem.

No caso das comunidades portuguesas, a relação com Portugal, que conhece fronteiras estáveis há vários séculos, é mantida pelos emigrantes em diferentes graus. Apesar de existir algum ressentimento entre as comunidades por aquilo que entendem como uma falha do país em proporcionar as condições necessárias a uma vida próspera, muitos

emigrantes estimam a relação com Portugal, com o seu povo e sua cultura. Esta relação é mantida também com recurso a visitas frequentes às suas terras e aos seus familiares e amigos que permaneceram no país de origem.

Os países de acolhimento tanto da diáspora arménia como das comunidades portuguesas são muitos e variados. Nestes países, as comunidades mantêm vivas as suas culturas, línguas e costumes, uma vez que muitos dos seus elementos não querem ou não conseguem ser assimilados pelas sociedades de acolhimento.

As comunidades arménias têm-se mantido muito coesas ao longo dos tempos, tanto por natureza como por necessidade. As redes e ligações dentro da diáspora que os seus membros estabeleceram permitiram não só a manutenção das relações entre os membros da diáspora, mas também contribuíram para a sua prosperidade nos países de acolhimento. De tal forma que as comunidades da diáspora arménia são altamente organizadas, ao ponto de conseguirem exercer influência sobre as políticas dos países de acolhimento e, até certo ponto, sobre algumas políticas da Arménia.

Por sua vez, as comunidades portuguesas também mantêm um alto nível de coesão, não por motivos de ausência de um país de origem, mas sim como uma escolha consciente de se refugiarem da falta de integração nas sociedades de acolhimento no seu lar ancestral e naquilo que de mais próximo deste lar encontram: outros emigrantes portugueses na mesma situação. Também os eventos e atividades das comunidades servem para atenuar as saudades do país que deixaram para trás, transportando o máximo da cultura portuguesa para os locais onde vivem.

O caso destas comunidades em França vem comprovar as tendências acima descritas, demonstrando que as conceções teóricas estão alicerçadas em realidades concretas, relatadas e documentadas.

A diáspora arménia em França foi largamente incrementada, primeiro, por refugiados do Genocídio e, segundo, por arménios que procuravam melhores condições de vida no período pós-soviético. Por sua vez, a emigração portuguesa para França conheceu dois grandes picos: o primeiro nas décadas de 1960 e 1970 e o segundo na primeira década deste século, no seguimento da crise económica.

A manutenção das suas culturas também se mostrou importante no seio destes dois grupos, existindo várias organizações que promovem atividades relacionadas com a

cultura de cada país. Em particular, na região de Paris, existem várias escolas, arménias e portuguesas, onde se podem aprender as línguas, associações desportivas, restaurantes e comércio típicos, publicações e meios de comunicação que servem a diáspora arménia e as comunidades portuguesas. As ligações aos países de origem também são mantidas com recurso a visitas por parte de membros de ambos os grupos, tomando para as comunidades portuguesas um carácter ritualístico, devido à sua regularidade e significância.

Ambos os grupos manifestam um envolvimento ativo na sociedade e na política interna francesa, ocupando posições aos vários níveis da governação francesa. Além do mais, também as relações entre a França e cada um dos países de origem destes grupos são boas e assim se têm mantido nos tempos recentes, fruto, em parte, da presença destas comunidades e do seu peso na sociedade francesa.

Considerando as características e definição de diáspora, bem como dos casos descritos e analisados ao longo desta investigação, pode afirmar-se que as comunidades portuguesas são uma diáspora. Tanto por virtude da sua história, das características da sua emigração e das vivências que estabelecem nos países de acolhimento, constata-se que as comunidades portuguesas partilham um grande número de traços com outras diásporas, nomeadamente a arménia. Assim, conclui-se que a designação de diáspora portuguesa aplicada às comunidades de emigrantes portugueses não só é válida de um ponto de vista empírico, como a sua forma e o seu comportamento são também consistentes com as características e definição de diáspora.

A realização desta investigação permite concluir que a experiência diaspórica do século XXI, na era da globalização, não é idêntica à experiência tipificada pela diáspora judaica ou pela diáspora arménia no passado, nem mesmo para estas comunidades. Os êxodos forçados e a impossibilidade de retorno tornaram-se infrequentes, mas as comunidades diaspóricas permaneceram. Confrontadas com a possibilidade de retorno, cada vez mais possível para estas comunidades, muitos membros da diáspora optam por permanecer nos países de acolhimento, tornando necessário reavaliar a equivalência entre *diáspora* e *êxodo/exílio*. De facto, a opção por uma vida plena em diáspora mostra o empenho e o compromisso dos membros da diáspora para com as vidas que construíram, para si e para os seus, nas sociedades de acolhimento.

Embora a pertença a uma diáspora seja central nas suas consciências e identidades dos membros destas comunidades, esta não é necessariamente central no seu quotidiano, podendo ser despertada em momentos de vontade, seja de lazer, cultura ou visitas, ou de necessidade, ligada ao grupo ou à *homeland*. Apesar da capacidade de construir uma vida plena, muitos não conseguem integrar-se totalmente na sociedade de acolhimento e não conseguem deixar para trás a cultura do seu país de origem. É precisamente nessa ambivalência e nesse equilíbrio que se desenrola a vida em diáspora.

Referências Bibliográficas

- 4 Ethnic Armenians Elected To French Parliament*. (2017, 19 de junho). «Ազատ Եվրոպա/Ազատություն» ռադիոկայան [Radio Free Europe/Radio Liberty].
Disponível em: <https://www.azatutyun.am/a/28564150.html> [consultado a 5 de julho de 2021]
- Academia do Bacalhau*. (n.d.). Academia do Bacalhau de Paris. Disponível em:
<https://bacalhau.fr/pt/inicio/> [consultado a 9 de abril de 2020]
- AILD - Associação Internacional dos Lusodescendentes. (n.d.). *Colóquio - Pare de dizer Diáspora*. Disponível em: <https://aild.pt/coloquio-pare-de-dizer-diaspora/>
[consultado a 15 de novembro de 2020]
- Apresentação*. (n.d.). Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em:
<https://gulbenkian.pt/fundacao/apresentacao/> [consultado a 18 de agosto de 2020]
- Armenian Communities*. (n.d.). Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em:
<https://gulbenkian.pt/armenian-communities/> [consultado a 18 de agosto de 2020]
- Arroteia, J. C. (2001). As comunidades portuguesas no mundo. *Janus 2001: actualidade das migrações*.
- Ayvazyan, H. (Ed.). (2012). Հայերի թիվն աշխարհումը ըստ երկրների [Número de arménios no mundo, por país]. *Հայաստան Հանրագիտական [Enciclopédia Arménia]*. Yerevan: National Academy of Sciences of Armenia. p. 914.
Disponível em:
https://hy.wikisource.org/wiki/%D4%B7%D5%BB:Armenia_Encyclopedia.djvu/914 [consultado a 28 de maio de 2020]
- Baser, B., & Swain, A. (2009). Diaspora Design versus Homeland Realities: Case Study of Armenian Diaspora. *Caucasian Review of International Affairs*, 3, pp. 45–62.

- Birthright Armenia*. (n.d.). Birthright Armenia. Disponível em:
<https://www.birthrightarmenia.org/en/program> [consultado a 14 de novembro de 2020]
- Boichot, L. (2019, 2 de maio). Conseils municipaux : ces Européens qui siègent dans nos mairies. *Le Figaro*. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/fig-data/europeens-elus-en-france/> [consultado a 19 de julho de 2021]
- Bournoutian, G. A. (2006). *A concise history of the Armenian people*. Mazda Publishers, Inc.
- Brubaker, R. (2005). The ‘diaspora’ diaspora. *Ethnic and Racial Studies*, 28(1), 1-19. [doi: 10.1080/0141987042000289997]
- Butler, K. D. (2001). Defining Diaspora, Refining a Discourse. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, 10(2), pp. 189–219. [doi: 10.1353/dsp.2011.0014]
- Clifford, J. (1994). Diasporas. *Cultural Anthropology*, 9(3), 302-338. [<http://www.jstor.org/stable/656365>]
- Cohen, R. (2008). *Global diasporas. An introduction* (2nd ed.). London: Routledge.
- Como surgiu? Processo Histórico*. (n.d.). Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx> [consultado a 11 de julho de 2020]
- Conselho*. (2018). Conselho da Diáspora Portuguesa. Disponível em:
<https://www.diasporaportuguesa.org/conselho/> [consultado a 26 de janeiro de 2021]
- Des milliers d’Arméniens réunis pour demander la “reconnaissance” de l’indépendance du Haut-Karabakh. (2020, 25 de outubro). *L’Express*. Disponível em:
<https://www.lexpress.fr/actualites/1/societe/manifestation-des-armeniens-de->

[france-pour-demander-la-reconnaissance-de-l-independance-du-nagorny-karabakh 2137214.html](https://www.karabakh2137214.html) [consultado a 22 de janeiro de 2021]

Département des statistiques, des études et de la documentation – Ministère de

l'Intérieur. (2021, junho). *Les Chiffres Clés de l'Immigration en 2019*.

Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. (n.d.). Presidência da República Portuguesa. Disponível em:

<https://www.presidencia.pt/iniciativas/dia-de-portugal-de-camoes-e-das-comunidades-portuguesas/> [consultado a 13 de janeiro de 2021]

Diáspora Lusa. (n.d.). *Quem Somos?* Disponível em: <https://www.diasporalusa.pt/quem-somos/> [consultado a 8 de janeiro de 2021]

Diogo, H. (2014). Geodinâmicas contemporâneas na diáspora portuguesa. *População e Sociedade*, 22, pp. 33–52.

France 24. (2019, 24 de abril). France marks first national commemoration of Armenian genocide. *France 24*. Disponível em: <https://www.france24.com/en/20190424-france-national-commemoration-armenian-genocide> [consultado a 3 de maio de 2020]

Ganjalyan, T. (2019). Armenian trade networks. *European History Online (EGO)*. Mainz: Leibniz Institute of European History (IEG). Disponível em: <http://www.ieg-ego.eu/ganjalyant-2016-en> [consultado a 18 de fevereiro de 2020]

Gevorkyan, A., Gevorkyan, A., & Mashuryan, K. (2008, 17 de março). Little Job Growth Makes Labor Migration and Remittances the Norm in Post-Soviet Armenia. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/little-job-growth-makes-labor-migration-and-remittances-norm-post-soviet-armenia> [consultado a 20 de janeiro de 2020]

Gevorkyan, A. V. (2016, 23 de março). Development through Diversity: Engaging Armenia's New and Old Diaspora. Disponível em:

<https://www.migrationpolicy.org/article/development-through-diversity-engaging-armenia's-new-and-old-diaspora> [consultado a 20 de janeiro de 2020]

Karapetyan, M. (2021, 14 de julho). President of France Emmanuel Macron to visit

Armenia. *Public Radio of Armenia*. Disponível em:

<https://en.armradio.am/2021/07/14/president-of-france-emmanuel-macron-to-visit-armenia/> [consultado a 24 de julho de 2021]

Kirakosyan, H. (2007). La migration arménienne vers Paris et sa région dans la période 1988-2004. *Hommes et Migrations*, 1265, pp. 152–166.

Le Point. (2011, 22 de dezembro). Les Arméniens en France. *Le Point*. Disponível em:

https://www.lepoint.fr/societe/les-armeniens-en-france-22-12-2011-1411512_23.php [consultado a 4 de dezembro de 2020]

Loi n° 2001-70 du 29 janvier 2001 relative à la reconnaissance du génocide arménien de 1915. (2001). Disponível em:

<https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT0000000403928/> [consultado 22 de janeiro de 2021]

Lopes, J. T., & Teixeira, R. (2014). Geração Europa?: um estudo sobre jovem emigração qualificada para França.

Manoukian, M. (2020). *What really happened with that huge earthquake in Armenia?*

Grunge. Disponível em: <https://www.grunge.com/286092/what-really-happened-with-that-huge-earthquake-in-armenia/> [consultado em 06 de dezembro de 2020]

Neves, A. L., & Pereira, M. N. (2018). *Arménia: Povo e Identidade*. Lisboa: Tinta da China.

Noivo, E. (2002). Towards a cartography of Portugueseness: Challenging the hegemonic center. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, 11(2), 255-275.

Office of the High Commissioner for Diaspora Affairs. (n.d.). *Diaspora - France*.

Diaspora.Gov.Am. Disponível em: <https://diaspora.gov.am/en/pages/37/france>

[consultado a 8 de janeiro de 2021]

Office of the High Commissioner for Diaspora Affairs - The Government of the

Republic of Armenia. (n.d.). Office of the High Commissioner for Diaspora

Affairs. Disponível em: <https://www.gov.am/en/diaspora-affairs/> [consultado a

23 de novembro de 2020]

Pereira, V. (2018). Football, identité et culture: Le football parmi les Portugais et leurs descendants en France. *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 6, 55-77.

Portuguese Emigration Factbook 2018. (2019). Lisboa: Observatório da Emigração,

CIES-IUL, ISCTE-IUL. Disponível em: doi:10.15847/CIESOEMFB2018

[consultado a 28 de novembro de 2019]

Priberam. (2008-2020). Diáspora. In *Dicionário Priberam da Língua*

Portuguesa [online]. Disponível em:

<https://dicionario.priberam.org/di%C3%A1spora> [consultado a 24 de agosto de 2020]

Recorbet, S. (2020, 18 de outubro). Qui sont les 2 700 Européens élus dans des

communes françaises ? *Le Progrès*. Disponível em:

<https://www.leprogres.fr/politique/2020/07/18/qui-sont-les-2-700-europeens-elus-dans-des-communes-francaises-ain-jura-loire-haute-loire-rhone-municipales-2020> [consultado a 21 de janeiro de 2021]

Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019 de 28 de março. Diário da República:

série I, n.º 62 (2019). Disponível em:

<https://dre.pt/application/conteudo/121665680> [consultado a 23 de janeiro de 2021]

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2020 de 18 de agosto*. Diário da República: série I, n.º 160 (2020). Disponível em:
<https://dre.pt/application/conteudo/140431171> [consultado a 23 de janeiro de 2021]
- Résolution n° 26 du Sénat du 25 novembre 2020 portant sur la nécessité de reconnaître la République du Haut-Karabagh*. (2020). Disponível em:
<https://www.senat.fr/leg/tas20-026.html> [consultado a 23 de janeiro de 2021]
- Rovisco, M. L. (2001). Panorama histórico da emigração portuguesa. *Janus 2001: actualidade das migrações*.
- Safran, W. (1991). Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, 1(1), 83-99. Disponível em:
 10.1353/dsp.1991.0004 [consultado a 8 de outubro de 2019]
- Sheffer, G. (2003). *Diaspora Politics: At Home Abroad*. New York: Cambridge University Press.
- Sideri, E. (2008). The diaspora of the term diaspora: a working-paper of a definition. *Transtext (e) s Transcultures 跨文本跨文化*. *Journal of Global Cultural Studies*, (4), 32-47.
- Simões Marques, I., & Koven, M. (2017). “We are going to our Portuguese homeland!” *Storytelling in the Digital Age*, 27(2), 286–310. Disponível em:
<https://doi.org/10.1075/ni.27.2.05sim> [consultado a 29 de novembro de 2020]
- Teixeira, N. S., & Mendes, P. E. (2020). *Da Emigração à Diáspora. As Comunidades na Política Externa Portuguesa*. Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Tololyan, K. (1988). The role of the Armenian Apostolic Church in the diaspora. *Armenian Review*. 41(1), 55-68.
- World Bank, World Development Indicators. (2019). *Personal remittances, received (% of GDP)* e *Personal remittances, received (current US\$)*. Disponível em:

<https://databank.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/1ff4a498/Popular-Indicators#> [consultado a 18 de dezembro de 2020]

Yevadian, M. (Ed.) (2016). *Arménie, un atlas historique*. Sources d'Arménie.

Anexo I – Características de uma diáspora⁷⁵

Características de uma diáspora segundo William Safran (1991, pp. 83-84):

1. Os membros destas comunidades, ou os seus antepassados, devem ter sido dispersados de um “centro” original específico para duas ou mais regiões “periféricas” ou estrangeiras;
2. Retêm uma memória, visão ou mito coletivo acerca dos seus territórios de origem, da sua localização física, história ou feitos;
3. Acreditam que não são, e talvez não possam ser, totalmente aceites pelas suas sociedades de acolhimento e, portanto, sentem-se parcialmente alienados e isolados destas;
4. Consideram os seus territórios ancestrais o seu lar verdadeiro e ideal e o lugar onde eles ou os seus descendentes eventualmente iriam (ou deveriam) retornar, quando as condições a isso sejam propícias;
5. Acreditam que devem, coletivamente, estar comprometidos com a manutenção ou restauração dos seus territórios de origem e com a sua segurança e prosperidade; e
6. Continuam a relacionar-se, de forma pessoal ou vicária, com esse lar, de uma ou outra maneira, e a sua consciência etnocomunal e solidariedade são significativamente definidas pela existência de tal relação.

Características consensualmente aceites de uma diáspora, segundo Kim Butler (2001, p. 192):

1. A dispersão deve contemplar um mínimo de duas localizações, possibilitando as características relações entre as comunidades da diáspora;
2. Deve existir uma relação com um território de origem, real ou imaginado, que age como base para o desenvolvimento da identidade de uma diáspora;
3. Deve existir uma consciência por parte do grupo acerca da sua identidade diaspórica, que liga os membros da diáspora uns aos outros como um todo;

⁷⁵ O conteúdo deste anexo reflete uma tradução própria a partir das listas elaboradas pelos autores nas suas respetivas obras.

4. A existência de uma diáspora deve ter um mínimo de duas gerações, de forma a distinguir-se de outros fenómenos migratórios.

Crítérios constituintes de uma diáspora, segundo Rogers Brubaker (2005, pp. 5-7):

1. Dispersão (que pode ser traumática, ou outro tipo, devendo ser transfronteiriça);
2. Orientação para o território de origem (este age como um centro para a diáspora, criando-se uma mitologia em redor deste local);
3. Manutenção de fronteiras (preservação de uma identidade da diáspora distinta daquela dominante na sociedade de acolhimento).

Lista de características de uma diáspora proposta por Robin Cohen (2008, p. 17):

1. Dispersão de um território de origem, muitas vezes traumática, para uma ou mais regiões estrangeiras;
2. Em alternativa ou adicionalmente, a expansão de um território de origem em busca de trabalho, de oportunidades comerciais ou para perseguir ambições coloniais;
3. Uma memória coletiva e um mito sobre o território de origem, incluindo a sua localização, história, sofrimento e os seus feitos;
4. Uma idealização do lar ancestral, real ou imaginado, e um compromisso coletivo com a sua manutenção, restauração, segurança e prosperidade, ou até mesmo com a sua criação;
5. O desenvolvimento frequente de um movimento de retorno ao território de origem que desfruta de aprovação coletiva, mesmo que muitos no grupo se encontrem satisfeitos com apenas uma relação vicária ou visitas intermitentes ao território de origem;
6. Uma forte consciência de grupo étnico sustentada durante muito tempo e baseada num sentido de distinção, uma história comum, a transmissão de uma herança cultural e religiosa comum e a crença de um destino comum;
7. Uma relação conturbada com os países de acolhimento, sugerindo uma falta de aceitação ou a possibilidade de que outra tragédia se abata sobre o grupo;

8. Um sentido de empatia e corresponsabilidade para com outros membros coétnicos noutros países de acolhimento, mesmo quando o seu lar se tenha tornado vestigial;
e
9. A possibilidade de uma vida criativa, distinta e enriquecedora em países de acolhimento onde haja tolerância e pluralismo.

Anexo II – Diáspora arménia

Tabela 1 – As maiores comunidades da diáspora arménia, por país⁷⁶

País	Principais comunidades	Número de arménios
Rússia	Moscovo, Krasnodar, Stavropol, Rostov	2 250 000 - 2 500 000
Estados Unidos da América	Califórnia, Nova Iorque, Massachussets, Pensilvânia, Nova Jérсия	1 000 000 - 1 500 000
França	Paris, Lyon, Marselha, Valence	500 000 - 600 000
Geórgia	Samtskhe-Javakheti, Tbilisi, Abecásia, Asharia, Kvemo Kartli	250 000 - 400 000
Ucrânia	Kiev, Odessa, Crimeia, Donetsk	130 000
Polónia	Varsóvia, Cracóvia, Breslávia	92 000
Turquia	Istambul, Ancara, Caiseri, Samsun, Van	80 000
Irão	Teerão, Isfahan, Tabriz	70 000 - 80 000
Líbano	Beirute, Anjar, Trípoli	70 000 - 80 000
Grécia	Atenas, Salónica, Pireu	70 000 - 80 000
Síria	Aleppo, Damasco, Lataquia	65 000 - 70 000
Argentina	Buenos Aires, Córdoba, Rosário	70 000
Canadá	Ottawa, Toronto, Montreal	60 000 - 65 000
Alemanha	Berlim, Munique, Colónia	50 000 - 60 000
Uzbequistão	Tasquente, Samarcanda	50 000
Bulgária	Sófia, Plovdiv	50 000
Espanha	Madrid, Barcelona	45 000 - 80 000

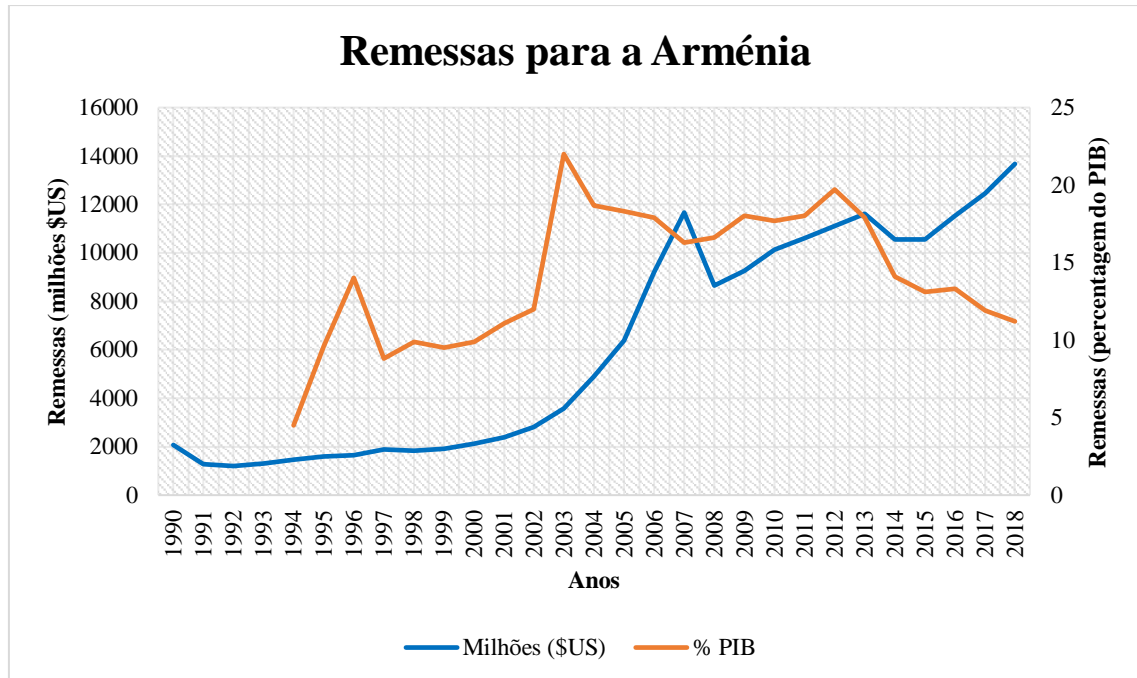
⁷⁶ Esta tabela é da autoria de Ayvazyan, H. (Ed.). (2012). Հայերի թիվն աշխարհում ըստ երկրների [Número de arménios no mundo, por país]. Հայաստանի Հանրապետության [Enciclopédia Arménia]. Yerevan: National Academy of Sciences of Armenia. p. 914.

Fonte da tabela: https://hy.wikisource.org/wiki/%D4%B7%D5%BB:Armenia_Encyclopedia.djvu/914

A tabela original está em arménio e foi traduzida para português no âmbito deste trabalho. Outras alterações como a clarificação das comunidades e do número de arménios também foram adotadas no âmbito deste trabalho, bem como a truncatura da listagem para incluir apenas países com comunidades superiores a 10 mil arménios.

Turquemenistão	Asgabate, Turkmenbashi	30 000
Brasil	São Paulo, Rio de Janeiro	35 000 - 40 000
Bielorrússia	Minsk, Mogilev, Bobruisk	30 000
Cazaquistão	Almaty, Astana, Karaganda	25 000
Israel	Jerusalém, Jaffa, Haifa	21 000
Iraque	Bagdade, Mossul, Baçorá	20 000
Uruguai	Montevideo	20 000
Reino Unido	Londres, Manchester, Liverpool	18 000
Hungria	Budapeste	15 000
Holanda	Amesterdão, Dordrecht, Haia, Leiden, Roterdão	12 000
Bélgica	Bruxelas, Liège, Antuérpia	10 000
República Checa	Praga, Brno	10 000

Gráfico 1 – Remessas para a Arménia⁷⁷



⁷⁷ Gráfico próprio, elaborado a partir de informação da base de dados World Development Indicators (World Bank 2019).

Anexo III – Comunidades Portuguesas

Emigrações históricas⁷⁸:

1500 - 1580: cerca de 280.000 saídas de Portugal

1580 - 1640: cerca de 360.000 saídas de Portugal

1640 - 1700: cerca de 120.000 saídas de Portugal

1850 - 1930: cerca de 2.000.000 travessias atlânticas

1855 - 1974: cerca de 3.000.000 saídas de Portugal

1960 - 1969: 646.962 saídas de Portugal

1970 - 1979: 406.011 saídas de Portugal

1980 - 1988: 156.296 saídas de Portugal

1992 - 1999: 240.433 saídas de Portugal

2000 - 2012: 440.690 saídas de Portugal

Associações portuguesas no mundo⁷⁹:

- Total: cerca de 2.700
- França: 1.026
- EUA: 343
- Alemanha: 281
- Brasil: 254
- Canadá: 216
- Suíça: 162
- Luxemburgo: 83
- África do Sul: 81
- Austrália: 61

⁷⁸ Dados retirados e agregados de Diogo (2014).

⁷⁹ Informação retirada de Diogo (2014, pp. 41-42), a partir de um levantamento realizado a partir de 2007.

Gráfico 1 – Remessas totais para Portugal⁸⁰:

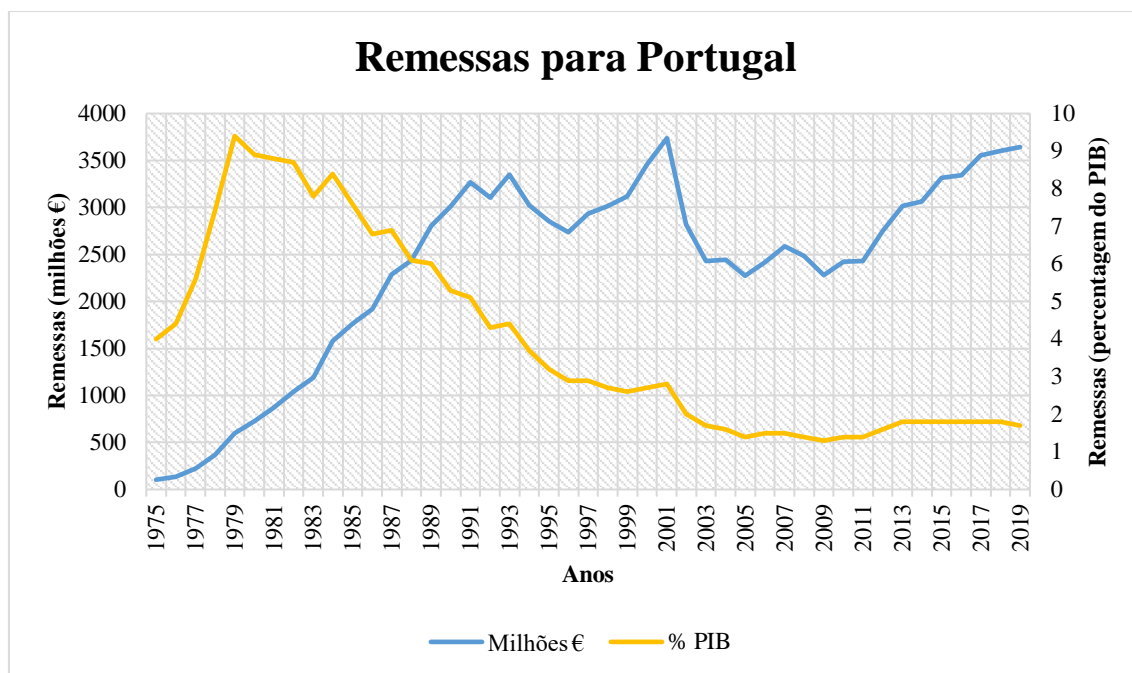
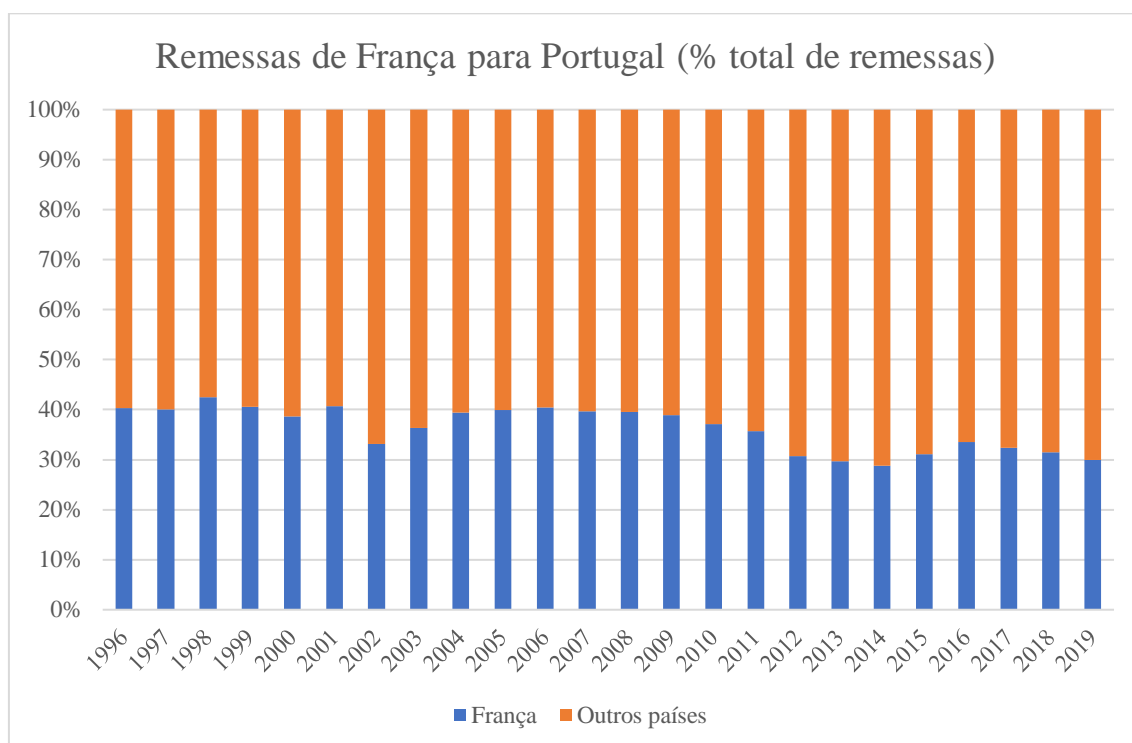


Gráfico 2 – Remessas de França para Portugal, em percentagem do total de remessas⁸¹:



⁸⁰ Gráfico próprio, elaborado a partir de dados retirados do PORDATA (fonte original: Banco de Portugal). Os valores anteriores a 1996 foram convertidos em euros pelo PORDATA.

⁸¹ Gráfico próprio, elaborado a partir de dados retirados do PORDATA (fonte original: Banco de Portugal). O tratamento dos dados foi feito pela própria, de forma a dar destaque ao peso da realidade em estudo.

Gráfico 3 – Saídas de Portugal (saídas temporárias, permanentes e totais)⁸²:

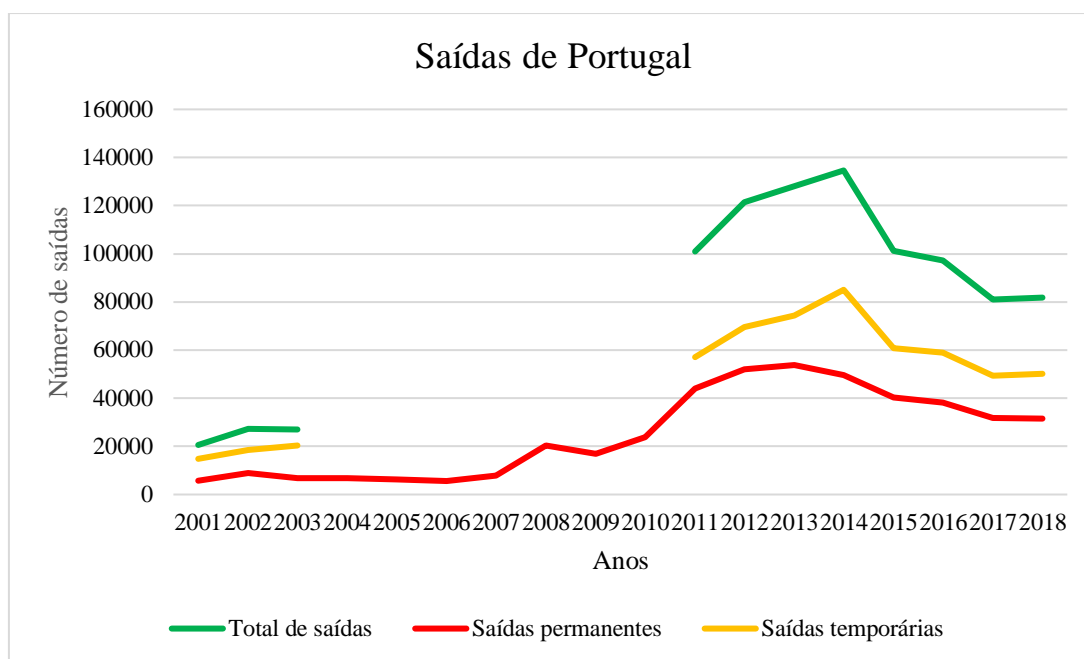


Tabela 1 – Registos consulares de portugueses no estrangeiro⁸³:

País	Registos nos Consulados
França	1 258 953
Brasil	687 322
Suíça	325 459
Reino Unido	244 252
Estados Unidos	201 227
Venezuela	180 959
Alemanha	147 992
Canadá	135 678
Luxemburgo	113 145
Angola	97 576
Espanha	77 710
Bélgica	57 215
Moçambique	30 582
Holanda	24 847
Itália	5 945
Áustria	5 568
Dinamarca	2 363
Noruega	538

⁸² Gráfico próprio, elaborado com base em dados retirados do Observatório da Emigração. As descontinuidades do gráfico devem-se à ausência de dados oficiais entre 2003 e 2011.

⁸³ Tabela retirada do Observatório da Emigração, reordenada para refletir o número de registos consulares por país. Estes dados não refletem o total da população portuguesa ou luso-descendente nos países, uma vez que em muitos casos, os emigrantes podem optar por não se registar ou por não registar os seus filhos.

Percentagem de imigrantes em relação à população e principais origens por região (2017)⁸⁴

Região	%	Principais origens
Île-de-France	19,2	Argélia, Marrocos, Portugal
Provence-Alpes-Côte d'Azur	10,6	Argélia, Marrocos, Tunísia
Corse	10,1	Marrocos, Portugal , Itália
Auvergne-Rhône-Alpes	9,4	Argélia, Portugal , Marrocos
Grand Est	8,9	Argélia, Marrocos, Turquia
Occitanie	8,7	Marrocos, Espanha, Argélia
Centre-Val de Loire	6,9	Portugal , Marrocos, Argélia
Bourgogne-Franche-Comté	6,8	Marrocos, Portugal , Argélia
Nouvelle-Aquitaine	6,2	Portugal , Marrocos, Reino Unido
Hauts-de-France	5,4	Argélia, Marrocos, Portugal
Normandie	4,2	Argélia, Marrocos, Portugal
Pays-de-la-Loire	3,8	Marrocos, Argélia, Portugal
Bretagne	3,5	Reino Unido, Marrocos, Portugal
França Metropolitana	9,4	Argélia, Marrocos, Portugal

⁸⁴ Esta tabela foi traduzida para português e simplificada, sem adulterar a informação nela presente, de forma a chamar a atenção para a posição de Portugal. As principais origens estão ordenadas, do primeiro para o terceiro, de acordo com o número de imigrantes de cada país, como expresso no original, fazendo com que, por exemplo, Portugal seja o terceiro país de origem mais representado em França, a nível nacional.

Anexo IV – Outras atividades desenvolvidas durante o Estágio Curricular

A principal tarefa que a estagiária desenvolveu ao longo do seu Estágio Curricular foi a realização do estudo comparativo entre a diáspora arménia e as comunidades portuguesas incluído neste Relatório.

A estagiária desenvolveu ainda várias atividades de apoio ao Serviço das Comunidades Arménias. Para além da colaboração e participação nos assuntos correntes, estas atividades incluíram a redação de documentos de diversa natureza, a tradução de documentos, o atendimento e prestação de informação ao público (telefónico e presencial) e a colaboração em termos gerais, sempre que necessária, prestada aos membros do Serviço.

Para além das tarefas quotidianas inerentes aos fins do Serviço das Comunidades Arménias, a estagiária também desenvolveu, enquanto elemento do mesmo, as seguintes atividades pontuais:

- **13 de novembro de 2019** – Realizou-se o Dia Aberto das Universidades na Fundação Calouste Gulbenkian. Juntamente com colaboradoras do seu Serviço, a estagiária participou no *briefing* do pessoal da Fundação. Coube ao Serviço promover a *Masterclass* “Como fazer uma exposição, que é uma biografia?” por Paulo Pires do Vale, curador da exposição comemorativa do 150º aniversário do nascimento de Calouste Gulbenkian. A estagiária participou na angariação de participantes para a *Masterclass*, na verificação da admissão das pessoas no espaço e no acompanhamento da atividade de acordo com o plano de realização previsto. Ao longo do dia, a estagiária teve também a oportunidade de assistir a outras atividades.
- **30 de novembro de 2019** – Presença no primeiro concerto que marcou o encerramento da exposição “Calouste: Uma vida, não uma exposição” pelo Trio Aeternus. A estagiária deu as boas-vindas e participou na coordenação da distribuição dos programas do concerto aos espetadores no início do espetáculo, tendo depois assistido e permanecido para colaborar com os colegas do Serviço.

- **7 de dezembro de 2019** – Presença no segundo, e último, concerto que marcou o encerramento da exposição “Calouste: Uma vida, não uma exposição”, pelo Dellalian Trio. A estagiária desempenhou tarefas idênticas às desempenhadas no concerto anterior, a 30 de novembro de 2019, tendo ainda participado na coordenação da distribuição de brindes comemorativos e lido com o *feedback* do público.
- **12 de dezembro de 2019** – Comparência na Festa de Natal do Serviço das Comunidades Arménias. Esta festa de Natal contou com a presença dos membros do Serviço, bem como de outros colaboradores da Fundação que trabalharam em proximidade com o Serviço e ainda com alguns dos estudantes em Portugal apoiados pelo Serviço.
- **20 a 24 de janeiro de 2020** – Uma equipa de filmagens da estação de televisão pública da Arménia visitou Lisboa e a Fundação para filmar um documentário sobre a vida de Calouste Gulbenkian. Durante esta semana, para além das suas tarefas normais, a estagiária também acompanhou esta equipa na Fundação e no Serviço, tendo tido oportunidade de visitar espaços e conhecer artigos das coleções da Fundação que não estão expostos ao público, bem como de assistir a várias entrevistas realizadas no âmbito da elaboração deste documentário.

Durante a maior parte da duração do Estágio Curricular, a estagiária desenvolveu as suas atividades num posto de trabalho na Fundação, integrada no Serviço das Comunidades Arménias. Contudo, com a pandemia da Covid-19 e a declaração de Estado de Emergência, todo o pessoal do Serviço passou a operar num regime de teletrabalho, incluindo a estagiária. Durante este tempo, a estagiária trabalhou de casa, tendo continuado envolvida nas atividades do Serviço à distância e participando nas reuniões por videoconferência, nas quais se discutiram e decidiram os assuntos internos e os diferentes programas e iniciativas levados a cabo pelo Serviço e outros que viriam a ser implementados.

No dia 25 de fevereiro de 2021, a título de *follow-up* do estágio realizado, a estagiária foi convidada pelo Diretor do Serviço das Comunidades Arménias a apresentar o seu trabalho de investigação ao Serviço, tendo preparado uma apresentação PowerPoint para o efeito, bem como respondido às perguntas e comentários por parte dos demais elementos do Serviço.